



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 31

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião de 27-04-2011

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:
Armando Manuel Dinis Vieira e Carlos Mário Magalhães Anileiro.[01](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Helena Maria de Oliveira Dias Libório, João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 20:45 horas) e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 20:50 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Nelson Ricardo Esteves Peralta e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[02](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia David Paiva da Silva, se fez substituir nesta reunião, por Paula Sofia Gonçalves Ramos.

Os sucedâneos, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.[03](#)

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [04](#)

Acta n.º 28 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 29 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 30 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Alienação à Parque Escolar, EPE, de terreno destinado a reforçar os espaços desportivos da Escola Mário Sacramento;

Ponto 3. – Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal, Ministério da Educação, Fundação Calouste Gulbenkian e a Parque Escolar, EPE, dos prédios urbanos que inclui o edifício do Conservatório de Música de Aveiro;

Ponto 4. – Reconhecimento de Interesse Público:

4.1- Expansão/construção de nova fábrica da Portucel, em Cacia;

4.2 -Empreendimento multiusos na zona do “Complexo do Estádio Municipal de Aveiro”;

Ponto 5. – Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Homem Cristo Filho, Freguesia da Glória;

Ponto 6. – Relatório Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, do ano 2010 da Câmara Municipal de Aveiro, e Relatório de Gestão e Contas do ano 2010 dos Serviços Municipalizados;

Ponto 7. – Orçamento:

7.1 - 1.ª Alteração orçamental e execução financeira de diversos projectos para os exercícios 2012 e 2013;

7.2 - 1ª Revisão Orçamental;

Ponto 8. – Plano de Saneamento Financeiro do Município de Aveiro:

8.1 - Reestruturação da Medida 3.3.2 - Dívida de curto prazo;

8.2 - 4º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano – apreciação;

Ponto 9. – Relatórios de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão Edifício Sede da Assembleia.

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Telmo Vieira Martins.)

De seguida, o Presidente da Mesa¹¹ nos termos regimentais abriu ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou qualquer inscrição por parte de munícipes para usarem da palavra.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:⁰⁶

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁷

Presidente da Mesa ⁰⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁹

Vogal João Barbosa (PS)¹⁰

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)¹¹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)¹²

Presidente da Mesa ¹³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)¹⁴

Vogal Ivar Corceiro (BE)¹⁵

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)¹⁶

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)¹⁷

Presidente da Mesa¹⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)¹⁹

Presidente da Mesa ²⁰

Vogal Nelson Peralta (BE)²¹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)²²

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio) ⁰²³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰²⁴

“Srs. deputados. À laia de introdução e de enquadramento ao documento que temos à nossa frente e que irá agora ser analisado e discutido permitam-me seis notas introdutórias: a primeira tem a ver com a questão social. A visita que a Ministra do Trabalho e da Solidariedade, no dia quatro de Abril, realizou a Aveiro permitiu-nos fazer uma síntese do trabalho que decorre no nosso Concelho. Como sabem, o ataque à exclusão social, à pobreza,

à exclusão, tem diferentes dimensões temporais. No imediato tem a ver com a intervenção no terreno, com aquilo que é obrigatório fazer... já, hoje, agora, neste momento, para apoio às pessoas e para apoio às famílias.

No curto prazo, essa batalha tem a ver com a criação de novos posto de trabalho, de novos empregos. É aí que está, naturalmente, uma solução, uma forma, uma mola, para podermos ultrapassar as dificuldades que cidadãos e famílias estão a ter. No médio prazo, esse ataque, esse combate à exclusão social tem a ver com a construção de equipamentos sociais que valorizem e dignifiquem as diferentes valências sociais no nosso Concelho. Por último, a longo prazo, este combate contra a pobreza e a exclusão social tem a ver com o investimento que se faça, hoje, na área da educação. No balanço efectuado com a Sra. Ministra ficou claro, foi nítido, o esforço que todos os aveirenses estão a desenvolver para concretizar um Concelho mais solidário e mais fraterno. Na comunicação há uma síntese desses números.

O segundo aspecto que quero relevar é o trabalho que tem continuado através de uma excelente equipa que temos no Município na tentativa de aproveitamento máximo dos fundos europeus. Acredito que a obra da duzentos e trinta e um - que começou – mais do que o início de uma obra importante é o início de um processo que irá tentar aproveitar, para o nosso município, obras participadas com valores de oitenta por cento ou mesmo acima disso.

Uma terceira nota para a certificação de qualidade conseguida durante estes dois meses.

O que está aqui em causa é apenas os meses de Fevereiro e de Março de dois mil e onze para a certificação de qualidade obtida por mais serviços do município. Até agora era só o GAI que tinha essa certificação de qualidade, agora são mais quatro serviços, o que transforma, dá, concede, ao Município, nomeadamente, no seu atendimento com os cidadãos mais qualidade como é desejo de todos.

Uma quarta nota para algo que não se vê, que é invisível, que passa despercebido, mas que aconteceu neste dois meses. Começou a ser operacionalizada a contabilidade de custos no Município. Como sabem, a contabilidade de custos identifica os serviços internos que originam custos de forma a poderem ser acompanhados, canalizados e controlados, o que permite maior racionalização dos meios. E permite uma gestão mais equilibrada, mais rigorosa.

Uma quinta nota para a forma de apresentação da situação financeira na comunicação escrita. Ela mudou por proposta do Sr. Vereador e do DEF e iremos passar a apresentar a estrutura patrimonial da autarquia reflectida através do balanço. Esta é, garantem-nos, uma forma mais completa e mais rigorosa de apresentar a situação económica do Município já que permite uma imagem mais abrangente e mais verdadeira.

Uma nota final para o esforço diário que continua a ser feito para a redução do passivo municipal. Em condições normais, nestes dois meses, o passivo teria sido reduzido em mais quinhentos e cinquenta mil euros. O que significa, em termos concretos, que nos últimos sete meses houve uma redução do passivo de seis milhões de euros.

Para procurar esclarecer estas questões e outras questões que pretendam ficamos ao dispor. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Exmos deputados Municipais. Ex.mos membros do Executivo. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara de Aveiro.

O Partido Comunista Português, após uma leitura que realizou da comunicação escrita a esta Assembleia Municipal, considera que esta comunicação vem na esteira das anteriores. É uma comunicação onde pontificam e se caracteriza pela apresentação de vários projectos, programas, diplomas, um conjunto de intenções, mas que não apresenta novidades e alterações substanciais a um conjunto de situações que carecem de rápida resolução no nosso Concelho.

Assim, o Partido Comunista Português considera que entre as várias questões que carecem clarificação podemos destacar meia dúzia que cremos ser importante clarificá-las.

A primeira prende-se com o horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais instaladas no Concelho de Aveiro, algo que até hoje ainda não ficou claro ante os olhos dos munícipes.

De facto a informação que existe e que, inclusivamente, já foi prestada a esta Assembleia Municipal clarifica que os sindicatos, a própria Igreja, elementos do comércio, estão contra a abertura dos centros comerciais e das grandes superfícies comerciais ao domingo. Cremos que apenas a DECO, pela informação que nos foi prestada, se mostrou favorável à continuação da sua abertura.

Achamos que a situação actual de abertura, de uma forma, digamos - não queria sobrecarregar no verbo - pouco honesta porque não era assim que se pretendia, merece clarificação.

Creemos ainda que há rumores que ganham contornos de alguma gravidade e que circulam pela cidade. De facto, colocam a população em situação de medo e de risco. Refiro-me, nomeadamente, em relação ao encerramento dos postos dos CTT nas freguesias da Vera-Cruz ou Aradas. Esta é uma situação que também carece de uma opinião da Autarquia sobre esta situação.

Há ainda a situação que se vem arrastando relativamente ao horário de funcionamento da zona da praça do peixe que parece estar constantemente a ser alterado. É necessário fazer uma disciplina ao horário de funcionamento daquela zona da cidade. É necessário disciplinar também o ruído naquela zona, principalmente à noite, bem como o trânsito e a segurança, no interesse das populações ali residentes e também do comércio.

Ainda relativamente à Freguesia da Vera-Cruz queremos ressaltar a importância de, rapidamente, se avançar no ordenamento e na disciplina do estacionamento viário que é realizado naquela freguesia. E isto não passará, necessariamente, pela introdução de parquímetros ou outras formas de onerar as populações.

Outra situação que cremos ser importante frisar, porque é uma falha nesta comunicação do Presidente, prende-se com os avanços, os recuos, ou não, em relação à situação do Parque Escolar do nosso Concelho, o Parque Escolar de Aveiro.

Creemos que existe, isto está perfeitamente recenseado, um conjunto de situações de degradação do parque escolar. Na última Assembleia Municipal esteve aqui a presidente da associação de pais de Aradas, uma mãe de um aluno, e apresentou um quadro bastante triste, bastante desolador, da situação. É importante a Câmara Municipal agir rapidamente. Cremos que foi esse o compromisso que ficou no ar à saída dessa Assembleia Municipal, mas falta uma explanação sobre que desenvolvimentos houve em relação ao parque escolar do nosso Concelho.

Já na última Assembleia Municipal, numa intervenção que fizemos no ponto de Antes da Ordem do Dia, o PCO fez considerações em relação à degradação dos equipamentos dos bairros sociais de Aveiro. Podemos aqui enunciar dois onde a situação é, de facto, gritante porque se vê, se nota e as populações sentem: o bairro social da Quinta do Griné e o bairro social do Caião.

Nesta comunicação não há qualquer desenvolvimento em relação à modernização e ao tratamento dos problemas que alia se vêm nos equipamentos. Este é um problema onde a Câmara Municipal deve prestar esclarecimentos e avançar.

E queremos saber a opinião da Câmara, e era importante não saber apenas a opinião mas com a expectativa de uma intervenção futura da Câmara, neste sentido, saber qual é a opinião da Câmara em relação aos preços que actualmente estão em vigor e a serem praticados pela ADRA, que, neste momento, estão a onerar de uma forma violenta os agregados familiares do concelho. Nada que seja novidade, nada que seja surpresa, mas uma situação no momento social presente ganha contornos ainda mais carregados para as populações do Concelho.

Gostávamos, portanto, de saber qual a opinião da Autarquia em relação a isto. Até porque, nomeadamente em concelhos vizinhos e que conosco fazem fronteira, já vários responsáveis autárquicos, locais, têm vindo a pronunciar-se em relação aos custos que têm tido. Associações de vária ordem também se têm pronunciado sobre isto. Cremos que este é outro aspecto que a Autarquia deveria fazer alguma comunicação e o PCP tem algum interesse nisso.”

Presidente da Mesa ⁰²⁷

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁸

“Muito obrigado. Quero pegar, antes de mais, no tema do encerramento dos CTT da Vera Cruz. Porque ao que tudo indica serão encerrados já esta sexta-feira.

A minha pergunta é muito simples: qual é o papel da Câmara Municipal no meio de tudo isto? Tanto mais que, ao que tudo indica, a estação dos CTT da Loja do Cidadão também será encerrada em breve.

Considero que é um ataque inadmissível aos serviços públicos, tanto mais que todas as estações dos correios, em Aveiro, estão sempre sobrelotadas, como devem saber.

O tema principal desta Comunicação do Presidente é a questão do emprego. Quando li a comunicação tive uma memória triste. Veio-me à memória a célebre campanha de José Sócrates, em dois mil e cinco, em que prometeu cento e cinquenta mil empregos e aquilo que se viu foi que, desses cento e cinquenta mil empregos, não se viu nada. Mas desde dois mil e cinco até hoje, a taxa de desempregados duplicou.

Nesta comunicação, Élio Maia faz algo mais extraordinário. Diz que vai ajudar a criar treze mil e trezentos postos de trabalho no distrito.

Só para vermos a irrealidade destes números, desde dois mil e cinco, quando Élio Maia foi eleito presidente, e hoje o desemprego aumentou em muito no Concelho. E o número total de desempregados no Concelho é três mil oitocentos e trinta e um. Élio Maia propõe-se a criar três vezes e meia este número. Se virmos a nível do distrito, todo o Distrito de Aveiro, tem trinta e sete mil cento e dezassete desempregados. Élio Maia diz que vai, no Concelho, ajudar a criar treze mil e trezentos, ou seja, um terço. De facto, julgo que Élio Maia tem, não só a solução para o Concelho, não só a solução para o Distrito, talvez, a solução para o país, quiçá para todo o mundo. Porque, de facto, estes números são avassaladores.

Eu bem sei que Élio Maia e o seu Executivo têm-se esforçado na contratação de algumas pessoas próximas da família dos Vereadores e assim, mas julgo que não chega a este número avassalador. Julgo que não terão uma família assim tão grande. Nem a família, nem a concelhia do PSD será tão grande para acolher tanto emprego.

Mas se nós formos a ver, caso a caso, os empregos que Élio Maia diz que ajuda a criar, vemos que no Parque da Ciência e Inovação estão criados dez mil postos de trabalho. Curiosamente, o quadro da União Europeia para Inovação e Investigação esgota-se em dois mil e treze e não se sabe o futuro. Mas Élio Maia consegue ver para além do futuro. Sabemos também que estes postos de trabalho serão altamente precários como é moda em Portugal.

Na Portucel, Élio Maia gaba-se que serão criados duzentos postos de trabalho directos e oitocentos indirectos. Bem... pura fantasia. De facto, na fase da construção e implementação serão criados estes empregos directos. Na fase em que as máquinas estarão a trabalhar será apenas uma dezena. Portanto, é pura fantasia.

Sobre este assunto também quero fazer uma pergunta directa. Nós sabemos que esta fábrica é responsável por uma grande poluição no Concelho, no Distrito, no País, sabemos, inclusive, que fez chover “cinzentos”, chover cinzas em Cacia e arredores. O Bloco de Esquerda já propôs por várias vezes que seja criada uma estação de avaliação da poluição atmosférica em Cacia, e queremos saber qual é a posição da Câmara sobre isto.

O Bloco de Esquerda também propôs que na zona de Cacia e na zona de Estarreja, por causa do parque químico, fosse feito um estudo epidemiológico que pudesse verificar se os falecimentos por cancro nestas localidades são ou não superiores à média do país, porque ao que tudo indica, nestes locais, serão. Queremos saber também qual é a posição da Câmara Municipal sobre este assunto.

Do emprego passo para as políticas sociais. Não compreendo como é que a Câmara se pode gabar tanto de políticas sociais quando aquilo que orçamentou para a política social da Câmara Municipal foi zero euros. Não sabemos como se fazem “ovos sem omeletas”. Como Élio Maia consegue criar treze mil e trezentos postos em Aveiro, eu já acredito em tudo.

Outra questão abordada na comunicação do Presidente é o carregamento eléctrico de automóveis.

Lembro que esta encenação foi, digamos, anedótica em que Élio Maia e Carlos Santos participaram numa encenação publicitária de um stand aveirense, e onde, no final, em declarações à imprensa, Élio Maia não teve nenhuma palavra sobre as políticas de mobilidade, apenas se saiu com o slogan publicitário «conduz-se muito bem. É um prazer conduzir». E o Bloco de Esquerda criticou estas opções. Mas sabemos que Élio Maia gosta de conduzir o carro, o carro diga-se é comercializado por três marcas diferentes em Portugal, sob três nomes diferentes, e Élio Maia apenas fez publicidade para uma.

Face a isto, o Bloco de Esquerda questionou e criticou as opções políticas do PSD e do CDS para a área da mobilidade colectiva e mobilidade individual.

E aquilo que nós tivemos, curiosamente, foi uma resposta em artigo de opinião no Diário de Aveiro do administrador do stand a defender as políticas de mobilidade de Élio Maia.

Aquilo que eu pergunto é se Élio Maia ainda é presidente, se é um agente publicitário e se o administrador do stand assume o cargo de definir as políticas de mobilidade do concelho (ouvem-se vozes). Outro dos pontos prende-se coma requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

A Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e outras entidades realizaram um inquérito para perceber quantas pessoas é que vivem na Avenida e quantos prédios devolutos é que existem. Este inquérito é uma farsa. Há projectos de lei que definem claramente como é que isto se faz. É pelo consumo da água e da electricidade.

Este inquérito serve apenas para legitimar um parque de estacionamento subterrâneo.

Aquilo que eu pergunto é para que é que foi feito um inquérito fantoche e não foram usados mecanismos que estão propostos nos projectos de lei para aferir exactamente isso?

Quería ainda perguntar quais é que são os critérios que levam a Câmara Municipal a renovar, por três anos, o acordo com a Microsoft, sendo que é conhecido que há alternativas mais baratas e mesmo gratuitas.

E queria ainda, novamente, recuperar uma questão sobre o regulamento da propaganda. Porque Miguel Fernandes ordenou ao Bloco de Esquerda que retirasse todas as estruturas de propaganda de Aveiro. Incluindo uma que está aqui à frente, para não falar das outras, onde esteve precisamente um cartaz, exactamente igual, com as mesmas dimensões, de Capão Filipe. Aquilo que eu pergunto a Miguel Fernandes é se Capão Filipe pode ali estar e o Bloco de Esquerda não pode estar. Se usa o seu poder na Câmara Municipal para beneficiar apenas os partidos da coligação. E devo ainda recordar que este regulamento da propaganda foi classificado pela Comissão Nacional de Eleições como ilegal e inconstitucional, e que Carlos Santos, nesta Assembleia Municipal, prometeu que o Regulamento ia ser alterado. Aquilo que eu pergunto a Carlos Santos é se mentiu ou se foi derrotado dentro executivo?

Ainda sobre esta questão do regulamento da propaganda, devo dizer que os serviços jurídicos da Câmara Municipal confirmaram, de facto, que o regulamento é ilegal. A minha pergunta é muito simples: vão alterar as decisões que alteram o regulamento da propaganda ou vamos para tribunal? Muito obrigado”.

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁰

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³¹

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰³²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³³

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Presidente da Mesa⁰³⁵

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰³⁶

Vogal Nuno Marques Pereira ⁰³⁷

Presidente da Mesa:⁰³⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. deputados. De facto, Sr. Presidente, considero uma iniciativa feliz, esta de trazer as Freguesias à Assembleia Municipal. O espaço é exíguo, lamentavelmente, permita-me que lho diga, o que não permite às Freguesias, a minha em particular, mostrar todas as potencialidades, tudo aquilo que realmente tem e tudo aquilo que gostaria de trazer aqui.

Como isso não é possível tivemos o cuidado de trazer duas instituições que são instituições de referência na freguesia da Glória: as Florinhas do Vouga que têm aqui dois técnicos dessa mesma instituição e um membro da direcção. Agradeço a presença deles. É uma instituição que dispensa mais observações porque é sobejamente reconhecida, não só pela sua antiguidade, pela sua credibilidade, mas pelo trabalho social que desempenha. A outra instituição também muito querida da comunidade de Vilar, designada por Patronato. Tem uma representação simbólica mas muito significativa e muito importante para nós, à qual eu endereço os meus agradecimentos pela sua presença.

O restante da exposição é constituído pelo Parque da Sustentabilidade que mostra a globalidade de toda dimensão do Parque da Sustentabilidade, todo ele implantado na Freguesia da Glória, o que nos congratula e nos torna muito felizes. Eu queria aqui dizer, porque ainda não tive oportunidade de o fazer, que o Parque da Sustentabilidade tem o apoio total de todo o Executivo da Junta de Freguesia da Glória. Nós somos solidários a cem por cento e não, como há algum tempo, um órgão de comunicação social deu a entender, dizendo o contrário. A Freguesia da Glória, todo o seu conjunto, a Assembleia de Freguesia, está solidária com o Parque da Sustentabilidade. Na sua maioria na Assembleia e por unanimidade no seu Executivo. É importante frisar isso.

Também temo o projecto do que vai ser a Casa da Comunidade. Um projecto que é bonito e que neste momento está em concursos público a sua adjudicação. Prazo que termina no dia quatro. Posso dizer que, neste momento, mais de quarenta empresas já nos contactaram pelo site. Portanto leva-nos a pensar que o projecto é apetecível para os nossos empreiteiros e que nos dá uma esperança de que possamos construir, dada a concorrência, por valores mais baixos e todos lucrarmos com isso.

Também temos uma pequena representação de pinturas de cidadãos e cidadãos amadores e moradores da Freguesia da Glória que utilizam as nossas limitadas instalações para mostrarem as suas capacidades e a sua arte. E não mais que isto. Conta a presença, conta o simbolismo.

Esteve muito bem o Sr. Presidente da Assembleia com esta iniciativa e que todos os meus colegas sigam o exemplo.

Aproveitando a comunicação do Sr. Presidente eu queria trazer ao de cima aquilo que para mim é muito importante e tem um significado especial que é a área social.

Temos aqui dezassete ou dezoito instituições de todo o concelho, algumas da Freguesia da Glória, uma delas as Florinhas do Vouga (mais uma vez), os eventos que se vêm fazer as parcerias que as Instituições da Freguesia da Glória têm vindo a fazer no sentido de

conseguirem que os mais desfavorecidos tenham alguma coisa de positivo e que possam, de alguma maneira, aproximar-se dos valores da classe média, se é que ainda hoje há classe média. Isto é, de uma maneira geral, valorizar essas pessoas. Valorizá-las, trazê-las para a rua, envolvê-las, levá-las a participar. O mesmo é dizer valorizá-las e valorizar toda a nossa sociedade.

De alguns eventos e de algumas parcerias que temos feito não posso deixar de trazer para primeiro plano aquela que é conhecida como “Música nos Bairros, GeraSons”. Desde a primeira hora que tenho acompanhado esse projecto, estamos a colaborar para que ele se valorize, para que ele cresça, para que ele possa envolver mais crianças, mais adolescentes, mais jovens.

Não quero deixar de sublinhar aqueles que não tiveram a sorte de estar presentes no espectáculo no Teatro Aveirense. Foi maravilhoso. As minhas felicitações à Câmara por esta iniciativa, em particular, na pessoa da Sra. Vereadora. Foi uma ideia feliz. Vamos continuar. Vamos valorizá-la, Sra. Vereadora. É importante envolver mais crianças dos nossos bairros porque, realmente, os bairros precisam que alguém olhe para eles com “olhos de ver” como se costuma dizer.

E por último, isto já não tem nada a ver com a comunicação do Sr. Presidente, mas eu queria, em jeito de desabafo, permitam-me a sinceridade, dizer o seguinte: eu estou no quinto mandato como Presidente de Junta e, obviamente, por inerência na Assembleia Municipal. Fiz três mandatos no passado em que era Presidente o Dr. Girão Pereira. Estou a fazer o segundo na presidência do Dr. Élio Maia. Quando foi do Dr. Alberto Souto não estive cá, foi uma opção própria, e não tive a oportunidade de apreciar ou acompanhar os trabalhos desta Assembleia. Mas permitam-me que vos diga. Eu lamento e fico triste, e que ninguém me leve a mal. Eu sei que aquilo que vou dizer cai em saco roto, não tem qualquer significado, ninguém leva a sério, mas é um desabafo que faço com muita sinceridade, e lamento que assim aconteça.

Ao comparar as intervenções e a actividade desta Assembleia nestes dois mandatos, neste segundo mandato do Dr. Élio Maia, com aqueles que eu conheci no passado, digo, sinceramente, fico triste. No passado, nós assistíamos a debates vivos, acesos, acutilantes, mas com muita elevação e com muita dignidade. Quando um deputado falava havia um silêncio total de todos os outros. Hoje, infelizmente, isso não acontece. O que considero um desrespeito, em primeiro lugar, para a Mesa da Assembleia e para aqueles que estão no uso da palavra.

Não posso deixar de lembrar aqui pessoas, pessoas que faziam parte do passado da Assembleia Municipal, como o saudoso Dr. Carlos Candal, Victor Mangerão, Santos Costa, Filipe Neto Brandão, Encarnação Dias, Dr. José Luís Christo, Eng. Bettencourt, Eng. Mendonça, Dr. Rocha Andrade, Sr. Salavessa, Carlos Jerónimo, Custódio Ramos, Manuel António Coimbra que ainda hoje cá está, Dr. Rogério Leitão, Armando Vieira, Maria Antónia Pinho e Melo, Olinto Ravara que está ali connosco, inclusivamente o Dr. Raul Martins, permita-me pela confiança e amizade que temos de longa data, gostava mais do Sr. no passado do que gosto no momento presente. Desculpai esta confiança, esta chamada de atenção. Não era para chamar, de facto, este tema, mas gostaria que não tivéssemos momentos como aquele quando o Dr. Nelson Peralta estava no uso da palavra. Sinceramente... era um ruído profundo nesta sala. O Dr. Nelson Peralta, como qualquer outro, é um deputado nesta Assembleia, foi eleito democraticamente, tem direito a usar da palavra.

Goste-se ou não do Dr. Nelson Peralta, goste-se ou não do Bloco de Esquerda. Mas a verdade é que é um deputado eleito. Acho que todos, ele como qualquer outro, quando estão no uso da palavra devemos estar em silêncio. É um reparo, desculpe Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:⁰⁴⁰

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴¹

Presidente da Mesa ⁰⁴²

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Boa noite, novamente a todos. Compreendo e concordo, por princípio, estou de acordo com o meu companheiro de bancada Fernando Marques, mas, às vezes, o desajoro é tal que é difícil haver alguma contenção. E portanto admito que sim, mas é assim

Quanto à comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Eu acho que esta comunicação denota duas prioridades importantes que a Câmara tem vindo a seguir e que são fundamentais para os municípios aveirenses. Nomeadamente, a organização da própria câmara, em si, como Instituição e a organização da cidade como pólo central de um Aveiro maior, como nós pretendemos. E nesse âmbito, acrescentando aqueles quatro pontos que abordei, há bocado, no âmbito social, eu também queria acrescentar três pontos que me pareceram relevantes nesta comunicação, e que direi que são pontos relacionadas com a sustentabilidade social, sustentabilidade económica e a sustentabilidade humana.

Parece-me que o que está aqui transcrito, o que está aqui dito e o que está aqui feito, o que está a ser feito e o que vai ser feito, denota essa preocupação. Uma preocupação de sustentabilidade da própria cidade e das pessoas que nela vivem. Nomeadamente, as novas respostas sociais que estão a aparecer, o cuidado em proteger, de facto, as pessoas que têm maiores dificuldades, os projectos de parcerias com Instituições de Solidariedade Social. São essas as pessoas que têm “core business”, que sabem fazer. Estou perfeitamente de acordo que a Câmara deva avançar por aí, porque são eles que sabem fazer, portanto, são eles que devem fazer.

Na parte económica, o que nos aparece aqui não é bem o que ouvi numa das intervenções de um colega deputado. Não é bem isso... fala-se do número de pessoas que estão previstas, mas é o próprio Parque que o afirma. Nós podemos dizer o que queremos dizer da forma como o queremos dizer.

Na parte humana a qualificação que tem vindo a ser, muitas das vezes garantida por estudos e por entidades imparciais, a qualidade de vida que Aveiro também tem. Pese embora todas as coisas que nos podemos queixar relativamente a Aveiro, o facto é que alguns desses estudos, e não quero crer aqui que a Câmara ande a gastar dinheiro para os encomendar, alguns destes estudos, que são imparciais, têm vindo a dizer que Aveiro tem, de facto, qualidade de vida.

A par disso, apresentam-se alguns projectos que eu reputo de bastante importantes, como sejam, obviamente com todas as críticas que possam existir, mas que em termos gerais e globais julgo serem bastante importantes, que é o Parque da Sustentabilidade, que está aí a aparecer. Eu acho que as pessoas, regra geral, vão gostar daquilo que vai aparecer por aí, e que é uma pedrada no charco relativamente à qualidade de vida também das cidades. Uma requalificação de um espaço tão central em Aveiro e que pode ser bastante mais um motivo para usufruto dos aveirenses.

De facto, este relatório, esta comunicação apresenta muito trabalho. Isso é que, por muito que se diga, pode fazer incorrer os nossos opositores num dos pecados capitais, que é o pecado da inveja. Parece-me que o trabalho que está aqui merece respeito, consideração, merece, principalmente, o agradecimento a todos aqueles que têm efectuado este trabalho. Nomeadamente, eu costumo dizer que quem não tem cão caça com gato, o aproveitamento de projectos e a existência de equipas que estão a apoiar ao máximo os projectos que estão a ser financiados com valores bastante substanciais. E isso é bastante importante. Integrando-os no Plano Estratégico da Cidade de Aveiro que é peça fundamental para este tipo de trabalho.

Finalmente, queria fazer referência a um assunto que pode passar despercebido mas julgo que é de uma relevância importante. Para além de outros prémios, na página seis faz-se referência aos projectos de cooperação europeia – Ubat. Acho que as coisas boas são de realçar. Eu gostaria que a Câmara nos dissesse, já agora, o que é que aconteceu para, sendo uma Câmara, como diz a oposição, tão má, tão ineficiente, ineficaz, como é possível ter este tipo de coisas? E estas coisas já não são pontuais, já acontecem por diversas vezes. Certamente há

uns “maint divers” que, de facto, não estão a funcionar muito bem, ou, pelo menos, não estão a referir bem aquilo que se está a passar. Falo, particularmente, de um coisa que pretende financiar economias inovadoras e um projecto que foi apresentado em Bruxelas e é um pouco o estado da arte, é um pouco as boas práticas daquilo que deve ser feito.

Eu gostaria que abordasse mais um bocadinho este tema e me explicassem, de facto, aquilo que aconteceu. Até para os aveirenses saberem aquilo que aconteceu. Obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Caros colegas. Começarei pelas palavras que o Sr. Fernando me dirigiu, para dizer, como diz o Dr. Carlos Candal «O homem é o estilo e o estilo faz o homem». E se muitos brandem de espada, como eu, há outros, muitos, e alguns aqui, que gostam de brandir da baga, que é uma arma mais à sua medida.

Isto para dizer que eu sinto-me particularmente ofendido quando nesta câmara se utiliza o voto popular que os levou a estarem aqui para utilizar o tempo para fazer politiquice despudorada, que nada tem a ver com os interesses de Aveiro. Quando se transforma esta Assembleia numa mera caixa de ressonância do Parlamento Nacional, quando se trazem ideias e medidas “trotskistas” requentadas que não vingaram no sítio próprio mas que depois se quer que venham, no dia seguinte, no Diário de Aveiro. E é contra isso que eu me insurjo e não deixarei de me insurgir, porque um excelente Presidente da República que teve o nosso país e que se chama Jorge Sampaio disse que nós temos o direito à indignação. O Mário Soares também falou nisso, mas o Jorge Sampaio já o diria antes disso. E eu indigno-me cada vez que vejo isso aqui. Não gosto que para esta Assembleia, o que acontece há relativamente pouco tempo, talvez daí esse hiato e esse passo no tempo, se venha para cá com algumas politiquices baratas, com as ideias requentadas. Obviamente, nada trazem de bom, nem de novidade para Aveiro.

E por aqui me fico, não deixando de me calar e de fazer os apartes que considero necessários, cada vez que vejo intervenções do tipo daquelas que foram aqui produzidas hoje, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda.

Uma segunda nota para os pórticos. O desaparecimento do pórtico, daquele iníquo pórtico que está ali. Quase que tenho pena que o PSD não vá ganhar as eleições porque veríamos, se calhar, o Ulisses Pereira a ir lá arrancar o pórtico. Não sei se, pela história que temos do passado, ele cumpriria a promessa. Mas de qualquer forma nós cá estaríamos para o lembrar.

Mas o assunto do qual eu queria falar, é o último assunto que o Sr. Presidente da Câmara falou quando da apresentação da sua comunicação a esta Assembleia. Para dizer, Sr. Presidente da Assembleia – ele não está presente, mas certamente que o Sr. Vice-Presidente lho transmitirá – que Aveiro vive uma situação muito difícil e que está a luz vermelha acesa.

Aveiro tem batido, regularmente, os recordes de dívida a terceiros. E nesta comunicação, mais uma vez é batido esse recorde. Neste momento, a dívida da Câmara Municipal a terceiros, ou seja, não é neste momento, é com data de trinta e um de Março, a dívida da Câmara Municipal a terceiros já é superior, e estou a falar de dívida não estou a falar de passivo, como sempre falei, já é superior a cento e sessenta e um milhões de euros. Cento e sessenta e um milhões de euros de dívida. E escusa o Sr. Presidente de vir para cá dizer «desta vez batemos o recorde porque metemos a dívida da Refer». Claro que meteu a dívida da Refer... e há-de meter outras que já vêm do passado e outras que há-de meter agora. Mas esqueceu-se, por exemplo, de falar nos ‘activos’ que vendeu. Esqueceu-se de falar do dinheiro que recebeu, por exemplo, desse que eu considero que foi um crime de “lesa Aveiro”, que foi a venda das águas dos SMA’s que nós estamos a pagar.

O Sr. Presidente teria ouvido, se fosse à CIRA, à última reunião da CIRA - está claro que o Sr. Presidente não vai à reunião da CIRA porque acha que aquilo é pouco importante mas também não mandou lá o seu Vereador – que em três facturas, uma do Concelho de Aveiro,

uma do Concelho de Ílhavo e outra do Concelho de Vagos, do mesmo serviço prestado, isto é, a 'obrigação' da água, o custo em Aveiro anda na ordem dos trinta euros mês, o custo em Ílhavo andar na ordem dos quinze euros mês e o custo em Vagos nos três euros mês.

Se lá estivesse poderia ter recebido as facturas, mas se quiser posso-lhe arranjar cópias. E diz assim: Ah, pois é. "Eles têm taxas mais baratas? — deixa-os estar que estão lixados que no futuro vão pagar tanto como nós".

Mais... o Sr. Presidente da AdRA, ou lá como é que é, o indivíduo que está aí, o Fernandes Thomaz, até diz: "se calhar ainda vamos ter de aumentar isso".

Já pagamos a água mais cara do país, mas talvez isso ainda não seja o suficiente. Outro recorde para a Coligação!

Mas voltando à dívida, ela é, de facto, de cento e sessenta e um milhões de euros. Parabéns Sr. Presidente, bateu o recorde. Mas mais grave que isso, se repararem, é que a dívida de curto prazo já atinge os cinquenta milhões de euros!?

Lembram-se no passado de fazerem aqui trinta por uma linha, que era preciso fazer a consolidação do passivo. Ou seja, passar as dívidas de curto prazo para médio e longo prazo. E que foi preciso fazer um empréstimo de cinquenta e seis milhões de euros penso que não, foi utilizado na totalidade, para fazer essa consolidação? Lembram-se disso? Pois neste momento é preciso fazer igual, porque a dívida de curto prazo já é de cinquenta milhões de euros. Se extrapolarem os valores das receitas do primeiro trimestre deste ano, se esse valor das receitas for cumprido durante todo o ano – eu sei que isto não é cientificamente correcto, mas dá uma ideia – as receitas a mais serão na ordem dos trinta milhões de euros. Trinta milhões de euros. As receitas cobradas até trinta e um de Março foram de sete vírgula seis milhões, entre correntes e de capital. O que significa que só a dívida de curto prazo é cerca de uma vez e meia superior às receitas projectadas ao nível de Março deste ano – não sabemos como se vai comportar o resto do ano – que até agora foram recebidas.

Estamos, Sr. Presidente da Assembleia, perante uma situação muito difícil. É preciso acender a luz vermelha.

Este Executivo, incompetentemente, arranjou um empréstimo para fazer a consolidação da dívida. Passou essa consolidação da dívida e esse empréstimo era para passar toda a dívida de curto prazo para médio e longo prazo, e tem vindo, paulatinamente, a passar a dívida de médio e longo prazo para curto prazo.

Em vez de fazer uma verdadeira consolidação da dívida tem feito uma desconsolidação da dívida. A situação é grave. A situação é muito grave. Certamente poderão acontecer algumas coisas ruins e depois não venham dizer que aqui, nesta Assembleia, não houve quem, atempadamente, avisasse para essa situação. Gostaria que a minha intervenção ficasse em acta."

Presidente da Mesa ⁰⁴⁵

Vogal Elisabete Krithinas (PPS/PSD)⁰⁴⁶

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

"Muito boa noite Ex.mo Sr. Presidente, Ex.ma Câmara, Ex.mos Srs. deputados. Como todos sabem a freguesia de Esgueira é a maior do Concelho de Aveiro e a que mais contribui através de impostos e taxas para o Orçamento desta Câmara. Mas nem por isso tem sido tratada como merece.

Durante um mês tentei ter uma reunião com o Sr. Vereador Pedro Ferreira para tratar de assuntos pendentes entre a Câmara e a Junta de Freguesia, nomeadamente pagamentos ainda não efectuados relativos a delegação de competências e programas "Juntas por Aveiro" do ano anterior e também problemas ligados ao parque escolar. A resposta foi, dia após dia, semana após semana, «é impossível reunir com o Sr. Vereador Pedro Ferreira». Será que o Sr. Vereador não tem um minuto para receber um Presidente de Junta?

Assim Senhor Vereador, vejo-me obrigada, aqui e agora, a perguntar-lhe: «quando será pago o dinheiro que a Câmara Municipal de Aveiro deve, do ano anterior, a esta Junta?».

Todos temos dificuldades económicas e ordenados para pagar.

Para quando a criação de condições mínimas de conforto no contentor da escola da Quinta do Simão?

Foi prometido aquando da sua colocação, mas permanece na mesma. Dirão que são coisas menores, de pouca importância. Sim, não dão direito a notícia ou inauguração, mas representam bastante para o conforto das crianças.

Por falar em promessas lembro aqui a Assembleia de Dezembro de 2005. Intervim, nessa Assembleia, a propósito do estado das ruas da nossa Freguesia. A rua de S. Bartolomeu, a rua General Costa Cascais, entrada principal do centro da Freguesia, o largo dos Aires, a rua do Sol, a Travessa do Sol, a rua Nova do Milão, a rua da Alegria, a rua Dr. Lourenço Peixinho, em Taboeira, e a praceta Gonçalves Venâncio. Até agora nada foi feito. Para quando o alcatroamento destas ruas? Obrigado. Pedia para ficar registado em acta.”

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Muito Obrigado, Sr. Presidente, Ex.ma Câmara, caros colegas. Eu queria, mais uma vez, manifestar a forma como a Câmara lutou para que a Renault e a Portucel, estas duas indústrias, pudessem vir para o nosso concelho e, desta forma, criarem postos de trabalho.

Depois queria também falar sobre o Parque da Sustentabilidade. Fico contente por saber que parte dos concursos arrancaram e que desta forma irão criar no nosso Parque D. Pedro e Baixa de Sto. António outra forma de estar e outra sala que se preste aos visitantes.

Depois queria referir-me, também, ao programa “Cá Fora – animação de espaços públicos”. Acho que este programa foi uma forma de unir as instituições, as IPSS’s e colocar os idosos a trabalhar com a sua imaginação. Acho que este papel que tem a acção Social da Câmara é importante para a participação destas pessoas no meio da cidade e da sua promoção.

Sobre a Avenida Lourenço Peixinho, sobre a requalificação da Avenida, dou os parabéns, mais uma vez, à Câmara por termos uma Avenida mais bonita, onde o verde e as novas árvores dão outra qualidade à nossa Avenida.

Na área da Acção Social, sobre o projecto “Música nos Bairros” queria também dar uma palavra. Acho que é uma forma de motivar crianças e jovens dos bairros sociais, tirá-los da rua, procurando dar-lhes formação musical. E nesse papel a Dra. Maria da Luz tem sido lutadora, com as dificuldades iniciais aquando do arranque do projecto, consegui mobilizar as pessoas e motivar, não só as crianças, mas também os pais. Viu-se no Teatro Aveirense onde tivemos uma casa cheia.

Depois queria falar também sobre o concerto “Primavera Russa”. Foram três espectáculos maravilhosos onde os aveirenses tiveram a oportunidade de apreciar a cultura russa. Acho que é de muitos espectáculos deste género que Aveiro necessita.

Queria também falar sobre as comemorações do Dia Mundial da Árvore. Acho que a Câmara Municipal deve continuar a promover estas iniciativas nas escolas do Concelho, de forma a sensibilizar crianças e jovens a cuidarem da natureza. Muitas vezes, como assistimos na nossa cidade a árvores partidas, é na escola que devemos fazer essas acções.

Na área da saúde também destaco um trabalho que foi feito ao nível das escolas, numa acção de sensibilização para os pais e encarregados de educação sobre o que comemos, em parceria com a Universidade de Aveiro. Acho que foi uma iniciativa muito importante. E é só, Sr. Presidente”.

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁴⁹

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵⁰

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“Obrigado Sr. Presidente. Boa noite Executivo, colegas de bancada. Eu gostaria de deixar algumas notas sobre a Comunicação do Sr. Presidente.

A primeira é uma nota positiva relativamente à informação financeira que vem nesta comunicação e que, de facto, evoluiu das últimas comunicações para esta. Deixem-me também que diga que o que lá está escrito não é nada de extraordinário. Diria que é o mínimo indispensável. Portanto, não é esta comunicação que está boa, esta está normal, as outras é que estavam deficitárias. Eu diria que conjugando a implementação de um sistema de custeio na Câmara, desafia-vos a colocarem na comunicação do Sr. Presidente o resultado de alguma informação resultante desse sistema de custeio para, de facto, podermos acompanhar a evolução dos trabalhos do executivo de uma forma mais clara.

Relativamente ao aspecto financeiro, eu não me ia alongar demasiado por dois motivos: o meu colega de bancada Raúl Martins já fez uma abordagem sobre o mesmo, e, por outro lado, nós temos, nesta Assembleia, um ponto que irá incidir sobre o Relatório e Contas do ano de dos mil e dez. Relatório esse que me faz registar uma nota negativa por ainda não ter sido disponibilizada informação. Portanto, eu diria que valerá a pena aguardar para tecer mais alguns comentários de forma mais concreta quando esse documento estiver, devidamente, disponibilizado.

No entanto, eu penso que o que está espelhado nesta Comunicação, de facto, não indicia, não augura nada de bom.

Aliás, na imprensa do dia dezanove de Abril saiu uma notícia que, enfim, a Câmara estava perto de atingir os duzentos milhões de passivo!?

Confesso que, um salto tão grande, face aquilo que foi apresentado na última comunicação deixou-me expectante para ver quais eram os números que aqui estão — e se não estamos nos duzentos milhões para lá caminhamos.

No entanto, aguardemos pela apresentação das Contas para tecermos comentários mais fundamentados.

Não obstante esse facto, a questão que o meu colega Raúl Martins colocou relativamente ao passivo, deixa-me também uma questão que é o que é que vão alienar a seguir? Porque, de facto, na senda da alienação de um conjunto de activos que têm vindo a ser alienados, o que é que se seguirá? Um dia esse tipo de abordagem terá um final porque não haverá muito mais activos para alienar.

Ainda relativamente à questão financeira e no que toca ao protocolo da REFER eu reitero as perguntas que o meu colega de bancada fez. Ou seja, como é que chegaram ao valor de catorze milhões novecentos vinte e sete mil euros, salvo erro, aproximadamente? Qual é a base de sustentação que fez com que a Câmara tenha aceite esse tipo de valor para inscrever no orçamento? Até porque se nós olharmos para a minuta de protocolo que aqui está não é totalmente explícita a forma como os valores que lá estão inscritos resultam no valor de catorze milhões novecentos vinte e sete mil. E a minha outra pergunta é porque é que só agora é que inscreveram? Obviamente podem-me responder que já podia ter sido inscrito no Executivo anterior, mas o Executivo actual está à minha frente e é ao executivo actual que eu tenho que fazer essas perguntas.

Para concluir, uma pergunta que não tem a ver com aspectos financeiros, eu gostaria de saber como é que está o ponto de situação relativamente às piscinas”.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵³

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Boa noite Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados.

Queria começar por lembrar que a Sra. Professora Helena Nazaré foi eleita presidente de uma associação das universidades europeias e que merece que fique aqui registado. Sendo uma Professora de Aveiro é uma professora que desenvolve a sua actividade na Universidade de Aveiro, que já foi Reitora da Universidade de Aveiro e merece que aqui fique registado este facto que me parece muito importante.

Eu vou fazer um pequeno reparo de acordo com o que disse o Sr. Fernando, pessoa que eu estimo muito, que de facto não é só o ruído. Eu creio que se todos estivéssemos aqui a assistir a um acidente de viação e se nós todos fossemos testemunhas todos teríamos uma versão diferente do que aqui se passa.

Isto para dizer que, conforme o olhar e a perspectiva, nós vemos grandes obras que o Sr. Presidente da Câmara apresenta no seu documento escrito, por um lado, nenhuma obra, por outro lado. Portanto, todos somos obrigados a ter, no exercício das funções porque aqui estamos, carece um bocadinho de algum nível de interpretação das coisas. A nossa função, enquanto deputados, terá, e não quero parecer moralista, e permitir-me-ão este meu desabafo também, será sobretudo dizer está bom ou está mal. Agora, não podemos cair no está tudo fantástico, formidável, como se estivéssemos a convencer que vivemos numa cidade numa Europa civilizadíssima, sem qualquer crise económica, em que tudo está óptimo e que vimos aqui só para dizer “está tudo bem”. Eu creio que não é essa a nossa função e creio que a Câmara deverá ouvir as críticas que lhe são feitas. E como toda a gente, quer os apoiantes do Executivo, quer a oposição, têm a sua participação. É para isso que aqui estamos.

Posto isto que é apenas um desabafo e a minha opinião pessoal, não interessa se os meus colegas de bancada perfilham esta opinião ou não, eu vou passar, como é habitual, a fazer as minhas observações sobre alguns dos factos que mais me preocupam.

Começo por assinalar aqui que a edilidade assinalou o aniversário do Centro de Informação Autárquica ao Consumidor. Lamento que não conste aqui o protocolo que foi assinado com a Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados, que teve todo o gosto em fazer, entende que isto é meritório, que é uma forma de pôr alguns colegas estagiários também a darem consulta jurídica para o que estão devidamente habilitados. É, realmente, uma iniciativa que eu aprovei e lamento que não conste desta apresentação dos factos que se fizeram durante os últimos meses.

Eu devo dizer que a Feira de Março teve muita gente, mas a muita gente que teve não correspondeu a um aumento do negócio dos feirantes. Os feirantes queixaram-se e continuam a queixar-se.

E vamos falar de um facto que me parece muito importante que é o mau estacionamento e as más condições que existem para o estacionamento naquela zona. O número de veículos é enorme, não há sítio e verifica-se uma coisa fantástica: é que a relva suponho que foi muito bem tratada, passou a servir para os carros estacionarem, naquela rampa que vai dar ao barco que lá está. Desagradou-me, profundamente, ver isto. É para ficar aqui registado, Sr. Vereador. A relva dos jardins ficou muito mal tratada. Muitos carros, inclusivamente furgonetas, estavam lá estacionados. A continuar assim os Srs. Têm de alterar este regime. Fica muito mal para quem vem e para quem observa.

Dei-me ao trabalho de fazer uma espécie de visita para verificar a iluminação da cidade. Isto porque há muitos munícipes que se queixam que há zonas que não têm iluminação. De facto, verifiquei que havia lâmpadas fundidas, candeeiros sem lâmpadas e alguns até com fios à mostra. Verifica-se isto, por exemplo, no Largo Maia Magalhães, em frente à escola do adro, que tinha uns lindos candeeiros que, pelos vistos, deixaram de funcionar, arrancaram-lhes a lâmpadas e ficou o esqueleto com os fios à mostra. Tenho a certeza que o Sr. Presidente vai tomar conta deste problema. Isto não é mais um problema que fique só dito. Está com cara de preocupado... eu também estou.

Na rua Primeiro Visconde da Granja tem outro candeeiro em que os residentes tiveram que fazer um resguardo porque os fios estão à mostra. E eles estão preocupados. Qualquer cidadão ficaria preocupado com isto.

Há candeeiros bastante bonitos que foram colocados na cidade que quando estão desarranjados nem sequer são substituídos. Se formos à rua da Pêga havia candeeiros entre aquelas palmeiras. Todos aqueles candeeiros que se foram desarranjando desaparecem e, por isso, naquela zona, deixou de haver os ditos candeeiros, passaram a aparecer meia dúzia deles.

Para meu espanto, no largo em frente à Igreja de Sto. António, junto à Policia Judiciária, também há para lá uma grande escuridão. O Parque, na parte de cima, também continua às escuras. Eu não tenho qualquer participação na EDP nem em nenhuma fábrica de fazer lâmpadas.

E outras ruas, por exemplo, na rua de Espinho e a rua da Banda da Amizade. Para completar, aquilo que eu já disse aqui várias vezes, já chamei a atenção, e eu entendo que os Srs. têm de tomar uma iniciativa: o Canal de S. Roque.

O Canal de S. Roque encontra-se apenas iluminado da ponte que dá acesso à Lota até à outra ponte que fica mais ou menos em frente ao SalPoente. Daí para a frente é uma total escuridão. Aquilo está desleixado, são árvores que não estão arranjadas, está um caos. E as pessoas, como sabem utilizam o canal de S. Roque para fazerem as suas caminhadas, para fazerem os seus passeios e a partir dali não andam à noite. Aquilo vai passar a ser um sítio propício a alguma actividade menos legal e vai ser um sítio propício a uma grande insegurança.

Aproxima-se o Verão. Isto já foi dito aqui várias vezes e não é para nós estarmos a pensar. Eu penso que é a altura dos Srs. fazerem algum por aquele espaço

É um espaço bonito que se deve manter arranjado. Os cidadãos que utilizam aquele espaço exigem ter luz para poderem estar a caminhar em segurança, para poderem passear nas noites de Verão que aí vêm.

Depois gostaria também de falar nos buracos da cidade que são mais que muitos, mas quando eu vou na procissão ao pé do Sr. Vereador eu tenho oportunidade de lhe chamar a atenção.

Para já chamo-lhe a atenção para a rua que vem do João Capela e que tem um bocado cheio de buracos. E depois a seguir tem um piso muito bom, tem lá ao fundo uma coisa que se chama “Alô Club” ou uma coisa qualquer desse género.

Não se percebe porque é que aquele bocadinho não está recuperado e seguir está recuperado. Fica aqui a chamada de atenção.

Outro assunto que gostaria de chamara a atenção é para os parques infantis. Não temos parques infantis na cidade. E os parques que há não estão devidamente equipados para que as pessoas, os pais com os seus filhos, possam ir frequentar esses sítios de lazer ao ar livre, e sejam obrigados a andar com as crianças, por exemplo, nos grandes hipermercados onde encontram lá alguma coisa para que as crianças possam divertir-se. Os parques são poucos, estão desmazelados e têm falta de estruturas. E não precisamos de ir muito longe para vermos noutros municípios uma grande atenção. É necessário termos atenção às famílias que não têm outra possibilidade de passearem e que gostam de passear com os seus filhos naqueles parques. Temos que lhes dar essa oportunidade.

Eu também gostava de saber o que é que faz a secção social da Câmara se não dá pareceres sobre isto, quando devem ser inquiridos sobre os planos urbanísticos. Se não se pronunciam sobre os equipamentos? Quando há aquelas grandes urbanizações deve existir um parque. Inclusivamente, neste momento, até aquele parque que existia junto ao museu deixou de existir. O Parque Infante D. Pedro também não está recuperado, as pessoas mudam para lá, é um sítio óptimo.

Queria finalmente falar de um último assunto e vou prometer ser breve. É sobre o estacionamento previsto para a Forca.

Ouvi dizer e li que existiria uma carta que seria distribuída aos moradores. Para quê? Qual é a finalidade? Se é para dizer que vão passar a ter que pagar? Quais são as contrapartidas para os moradores? Os moradores não têm sítio para estacionar. Como é que os residentes vão resolver esse problema? Aquela urbanização enorme tem realmente muitos dos edifícios têm garagens mas as garagens não permitem que lá se ponham os carros porque estão mal construídas. São muito estreitas, são pequenas e isto causa enormes problemas aos residentes. E pergunto outra coisa. O que se vai fazer aos arrumadores que estavam ali a exercer a sua actividade? É que nós vamos ser obrigados a pagar para os parquímetros e vamos continuar a pagar para os arrumadores. Não há dinheiro que chegue para isto. Além de mais é altura de se acabar com certo número de coisas, nomeadamente com essas.

Finalmente, as bicicletas que os senhores põem aqui como sendo um modo saudável, mas quando vamos à rua da Pêga aqueles contornos das bicicletas nas vias cicláveis estão completamente destruídos.

A cidade tem de começar a apresentar-se de outra maneira, Sr. Presidente. É altura. O Sr. é uma pessoa capaz. Isto não pode ficar só no papel. Se não temos de fazer uma pequena manifestação de desagrado”.

Presidente da Mesa ⁰⁵⁵

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁶

“Boa noite a todos. A minha reflexão hoje vai sobre a actividade sectorial do planeamento por parte da Câmara Municipal de Aveiro. Lemos na comunicação do Sr. Presidente que sobre esta matéria dá enfoque à revisão do PDM. E diz também que entregou ao Presidente da Comissão de Acompanhamento uma versão preliminar da proposta de revisão do PDM aguardando a reunião para esse efeito.

Acontece que essa reunião já aconteceu, no dia dezanove, em Coimbra, onde estiveram as entidades representantes, não as trinta previstas, mas seguramente cerca de vinte e quatro, vinte e cinco entidades. Sobre esta questão gostaria de realçar o trabalho quase hercúleo da equipa que está a fazer este plano, que é uma equipa constituída na Câmara Municipal de Aveiro – “prata da casa”. Porque as pessoas não imaginam o extenso e complicado trabalho que é necessário fazer para a revisão do PDM de Aveiro.

Gostaria de lembrar que a revisão do PDM de Aveiro já foi proposta em dois mil e quatro. A primeira reunião da comissão de acompanhamento em que eu estive presente foi em dois mil e oito. Portanto, passaram dois anos, seis meses e onze dias para que acontecesse uma segunda reunião da Comissão de Acompanhamento.

Eu fiz questão, enquanto representante da Assembleia Municipal, de lembrar as entidades para o esforço que é necessário ter na cooperação e nos pareceres a emitir para levar a “bom porto” e com a urgência possível este trabalho que é fundamental, tratando-se da figura de planeamento mais importante do Concelho de Aveiro.

Nessa reunião a equipa do planeamento apresentou de uma forma sucinta o trabalho, entretanto, feito, nesta versão preliminar da proposta. As diversas entidades presentes pronunciaram-se com achegas bastante importantes e dando-nos a segurança de que iriam colaborar com a urgência necessária.

Mas resulta desta reunião, e por isso é que trago aqui a esta Assembleia, duas questões que eu considero pertinentes e que penso que os Srs. deputados deveriam tomar conhecimento.

A primeira tem a ver com uma postura que, na minha opinião, é uma postura extremamente agressiva por parte da entidade ICNB porquanto está, neste momento, a exigir à Câmara Municipal de Aveiro a execução de documentos e de relatórios referentes a matérias que deveriam ser o ICN a tratar e a dar como matéria final à Câmara Municipal de Aveiro. Está, neste momento, o ICN a obrigar que esses estudos sejam feitos pela Câmara Municipal de Aveiro.

Eu tive conhecimento que a Câmara Municipal já manifestou o seu inteiro desagrado perante esta questão junto da Sra. Secretária de Estado do Ordenamento do Território, dando-lhe conhecimento do seu desagrado perante esta exigência que, na minha opinião, extravasa a própria lei.

Fiz questão de pedir ao Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento que se fizesse munir de um necessário parecer jurídico sobre esta matéria para verificar sobre a obrigatoriedade, ou não, da Câmara Municipal executar um trabalho que tem a ver com o ambiente.

Esta Câmara não tem a capacidade nem a vocação para fazer este tipo de trabalho.

Uma segunda questão, e este indignou-me mais, tem a ver com a pessoa que esteve a representar as Estradas de Portugal neste processo. Foi, no mínimo, bizarro que as considerações que foram tecidas pela representante das Estradas de Portugal fossem no sentido de propor à equipa do PDM da Câmara Municipal que revissem a forma de abordagem à Estrada Nacional 109.

Era opinião desta representante que deveríamos voltar a ter uma lógica de uma estrada nacional como uma via de grande fluidez.

Manifestei de imediato e veementemente por esta orientação. Lembrei que uma das justificações que levo ao processo de municipalização da EN109, não só em Aveiro como também em Ílhavo, foi a perspectiva de tornar esta via de grande tráfego numa rua urbana mais próxima da escala humana. Aliás, era este o anseio que já vinha de longa data.

Não pode vir agora, esta lógica das SCUT que foi imposta à traição, tentar inverter esta lógica de mobilidade e de organização urbana que interessa a Aveiro.

O recado trazido para esta Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, através da representante das Estradas de Portugal, deve ser literalmente rejeitado.

Solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que fique com particular atenção aos pareceres e orientações emitidos por parte desta entidade, porque vemos nela uma intenção de desvirtuar toda a lógica que está subjacente à municipalização da EN109, já que pretendem, e para mim isto é muito claro, fazer prevalecer o interesse das SCUT. Tenho dito”.

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

“Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Muito boa noite a todos. O país atravessa dificuldades sérias e é, hoje, evidente para todos que só podemos sair desta situação de forma sustentável se mudarmos de vida em vários aspectos da nossa organização colectiva.

O já referido apelo do ex-Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, para que políticos e cidadãos assumam a sua quota-parte de responsabilidade é um contributo importante para que todos façamos uma profunda revisão de vida. Governo, partidos políticos, municípios, são agentes importantes neste processo de reflexão. São entidades que devem dar o exemplo e cuja actuação tem um impacto directo e muito importante na qualidade da nossa vida colectiva. É, portanto, com alguma preocupação que registo o alheamento desta reflexão da maioria que governa o Município de Aveiro. O Sr. Presidente da Câmara teve um esboço de intervenção no início deste ponto que é francamente insuficiente. Na situação actual impunha-se que, em primeiro lugar, a Câmara Municipal promovesse um debate local sobre os desafios que o enquadramento actual suscita. Em segundo lugar, impunha-se que a Câmara Municipal de Aveiro tivesse uma estratégia para o Município. O que é difícil de escrutinar. E se a tivesse que a revisse. É dos livros e do mais elementar bom senso que quando muda o ambiente externo de forma tão radical se deva repensar a estratégia em curso. Em terceiro lugar, a Câmara Municipal deve rever, profundamente, os investimentos previstos e as suas prioridades.

A nosso ver, as prioridades do município devem dirigir-se para a resolução de problemas e bloqueios estruturantes que impedem o nosso desenvolvimento.

Sobre a educação abstenho-me de referir a sua importância como prioridade mas afirmo e relembro que se mantém no fim das listas de prioridades da actual maioria que nos governa. Sobre desenvolvimento económico e produção de riqueza que hoje bastante se fala, onde continua a ser difícil de perceber em que é que a actividade da Câmara Municipal pode contribuir para melhorias nesta matéria, felizmente o Município de Aveiro é rico em instituições empreendedoras que avançam e investem.

Portanto, o Sr. Presidente da Câmara em vez de tentar fazer aproveitamento político que eu reputo de deselegante até para os promotores, repito, em vez de tentar fazer aproveitamento político deselegante dos investimentos que, felizmente, vão surgindo em Aveiro, devia preocupar-se em saber como é que a Câmara Municipal de Aveiro pode contribuir para o desenvolvimento económico do Município.

As prioridades da Câmara Municipal de Aveiro devem também incluir medidas de emergência em que apoiem o esperado aumento e crescimento de pessoas em dificuldades. O previsível aumento do desemprego, da exclusão social, da fome, deve merecer um programa específico que salve a dignidade humana das pessoas mais afectadas pela crise que vivemos. E não chega, como repetidamente a Câmara Municipal e o Sr. Presidente fazem, delegar essa tarefa exclusivamente nas Instituições de Solidariedade Social.

A situação actual deveria levar a uma reflexão profunda sobre o planeamento de infra-estruturas e edificado que foi pensado num enquadramento de crescimento económico e populacional que não vai acontecer.

Infelizmente o que continuamos a verificar é que a Câmara Municipal continua a apostar na adjudicação de obras desnecessárias e gravosas para o Concelho de Aveiro no valor de milhões de euros, de que são exemplos as duas pontes previstas no Parque da Sustentabilidade ou a desqualificação do Largo do Alboi.

Infelizmente o que constatamos é a consequência da forma como este Executivo e esta maioria geriu a requalificação do parque escolar de Aveiro com a previsível degradação acelerada do já extremamente degradado parque escolar do Concelho.

Finalmente, penso que a situação actual requiera uma postura da maioria de humildade democrática que não se tem verificado desde que ganharam as eleições há seis anos.

Assim, apelo a que a maioria reconheça a necessidade de um envolvimento da oposição, reconheça a bondade de várias sugestões apresentadas e aceite que é fundamental alterar a postura actual e ouvir as propostas alternativas. Disse.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁵⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bem em primeiro lugar e pegando nas palavras desta última intervenção, não resisto em dizer que o PS e nomeadamente fui eu que fiz essa intervenção na altura, fomos fortes críticos do regulamento do estacionamento, nomeadamente da iniciava sobre a sua data de início que era às oito da manhã e não às nove, e houve essa alteração. Inclusive também depois que a sua bancada do PSD votou a favor e portanto de alguma maneira felicito-a pela sua intervenção, esperando que com isso contribua para uma inversão da posição da bancada do PSD em relação a essa matéria.

Sobre a intervenção propriamente dita gostaria de uma breve nota para deixar uma pergunta simples em relação à AdRA e à água. Saber até que ponto é que o Senhor Presidente pode confirmar as palavras do meu camarada Raúl Martins sobre o facto de na conta da água de Aveiro se fixar em €30.00 a taxa de disponibilidade?!

Creio que a ser assim e a haver preços díspares em relação a Ílhavo e a Vagos. Ílhavo teria €15.00 e Vagos €3.00, se isso é ou não?

E depois, também, já agora deixar a pergunta: foi feita uma reunião nessa associação que determinou o vencimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da AdRA, que

ao que sei (eu não gosto muito de falar na questão do vencimento), mas o que é certo é que temos que ter a percepção que na forma como o país foi gerido de alguma maneira, no resultado que tivemos, temos todos que ter a noção clara de que a moralização tem que partir de nós de alguma maneira. Não quero, isto não é um ataque pessoal ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da AdRA, mas chateia-me bastante, como também me chateia em relação ao país (e já passo a explicar), que alguém que dependa de alguma maneira do voto dos Presidentes de Câmara, depois possa ganhar muito mais do que ganha um Presidente da Câmara Municipal!?

Como me chateia que, alguém que é indicado ou indigitado pelo Governo da República ganhe mais do que o Primeiro-ministro da República ou mais do que o Senhor Presidente da República que deve ser a pessoa que mais afigura no país. E depois os outros ordenados têm que ser tabelados e não há outra forma de se fazer isso.

E enquanto nós todos nos partidos, e quem anda na vida política não tiver esta percepção, e esse exemplo não for dado, estou a falar contra mim também atenção, que isto não é a moral, porque o meu partido também tem contribuído, tem a sua quota-parte de responsabilidade nessa matéria e, portanto, enquanto não fizerem a inversão disso provavelmente não conseguimos trazer as pessoas para a participação política mais activa.

Segunda nota sobre o comércio tradicional. Eu ouvi as palavras do deputado Paulo Marques sobre a abertura aos Domingos das grandes superfícies. Só penso é que elas deviam ser consequentes. Nomeadamente o CDS/Partido Popular (e ele fez questão de sublinhar que era a bancada do CDS/PP), o CDS/PP devia trazer para ser consequente uma Moção a esta Assembleia propondo uma recomendação à Câmara no sentido de inverter essa matéria — se é essa a posição do CDS.

Eu devo dizer que em relação à minha posição pessoal, eu acho que o problema do comércio tradicional não tem a ver propriamente com a abertura aos Domingos, porque há uma série de profissões que têm realmente essa limitação e portanto tem que ser feita uma gestão. Quem trabalha no Turismo sabe isso, quem trabalha na restauração sabe isso, quem trabalha nos Hospitais tem que ter essa noção também. E portanto, o horário é uma coisa que vem com a própria profissão. E quem trabalha no comércio tradicional e depende de alguma maneira também do público, tem que estar presente quando o público tem mais disponibilidade para ir ao próprio comércio, pelo menos é a minha perspectiva e é tal e qual eu vejo as coisas.

O que o comércio tradicional tem como problema não é esse. Não é o problema da família, não é o problema da igreja não ter defendido a família. O problema é um problema de condições eficazes para que o comércio tradicional se possa defender e possa ser atractivo para os cidadãos de Aveiro neste caso.

Se formos a Espanha, (eu por acaso passei a Páscoa em Espanha) o comércio tradicional tem uma força (eu sei que tem um horário também diferente) muito forte. Nós somos um país com inúmeras superfícies comerciais, é evidente que houve alguma desregulação nessa matéria, mas o que é certo é que o nosso comércio tradicional também não tem sido ajudado e nomeadamente a requalificação da Avenida é o primeiro ou o grande passo para devolver o comércio tradicional com alguma grandiosidade e alguma atractividade. Se pensarmos no edifício que foi recuperado agora que tem as novas lojas de roupa, passo a publicidade que está na avenida, é um exemplo que eu espero sirva de incentivo para que os proprietários dos prédios na Avenida possam eles próprios também através de incentivo privado, fazer a recuperação dos edifícios da cidade. Aquele edifício que lá está melhora a imagem de Aveiro e melhora a imagem da Avenida Lourenço Peixinho e melhora também a imagem do comércio tradicional.

Sobre o Ambiente e também para não discordar sempre do BE, até porque era uma matéria que eu já vinha aqui trazendo várias vezes, eu acho que se deve realmente estudar a sério. E portanto, toda a poluição que nós temos aqui à volta e temos bastante, mais a lixeira, e vamos ter agora o Centro, está-nos a causar ou pode-nos causar (eu não sei se causa) e quero saber

se os problemas de Saúde podem ser acrescidos em relação (ouvem-se vozes... não sei se causam ou não. Mas no âmbito das parcerias com a Universidade de Aveiro, sabendo que a Universidade de Aveiro tem uma Escola de Saúde, não vejo porque é que a Câmara não deve ela própria proactivamente incentivar a Universidade de Aveiro para que faça esse levantamento e esse estudo de saber se os Aveirenses estão mais expostos ou têm mais tendência para um determinado número de doenças que possam resultar directamente desse tipo de situação — e como é que nós havemos de nos defender disso.

Sobre o Pórtico da SCUTT. Dizer que eu sou mais optimista se calhar do que a grande maioria dos meus camaradas. E eu acredito genuinamente nas palavras do Dr. Ulisses Pereira.

E mais, sobre os discursos do 25 de Abril que também foram aqui falados e sobre de alguma maneira da representatividade ou da união que deve existir em alguns assuntos concretos da vida. Acho que nós também podíamos dar aqui o exemplo de alguma maneira e cada um de nós no seu partido e na sua estrutura distrital, fazer garantir, promover, incentivar que todos os candidatos a deputados, pelo menos dos nossos 5 partidos, pusessem a abolição desse pórtico de alguma maneira naquele seu folheto que fazem mais concreto sobre algumas coisas em Aveiro.

E portanto, isso sim, de alguma maneira, porque se toda a gente se comprometer estamos relativamente safos em relação a quem ganha as eleições e temos e passamos a ter de alguma maneira uma forma de pressão já mais séria ou já mais subscrita ou com um maior consenso para que seja efectivamente retirado o pórtico. Porque aquele pórtico não tem nada a ver com a receita, tem a ver com uma questão de justiça, de estar implantado numa zona urbana da cidade e portanto ser da mais elementar justiça que o pórtico seja retirado.

E portanto é uma sugestão que deixo a todos os partidos aqui presentes e também ao meu e eu farei tudo o que estiver ao meu alcance dentro do meu partido e sou dirigente distrital, para que isso possa suceder neste sentido que vos estou aqui a contar.

Uma quarta nota e última nestes dois minutos que me faltam para dizer o seguinte: foi implantado um labirinto de cimento ali em frente ao Tribunal de Aveiro na Praça Marquês de Pombal!? Puseram-se uns tijolos, pôs-se a massa, construiu-se o labirinto que é supostamente para uma exposição de arte. Eu gosto muito de arte! Não tenho nada contra, não tenho nada contra. O labirinto é feio? É. Mas pode ter ali um propósito já sei que me vão dizer que é amovível, mas deve ter custado algum! Deve ter custado algum. Eu pergunto, não teria sido mais útil gastar o dinheiro que eventualmente se gastou ali, que ainda foi algum, porque estiveram lá uns poucos de funcionários da Câmara a assentar ali o tijolo etc., para procurar fazer pelo menos naquela praça um aumento do jogo de água que lá tem por exemplo, porque eu lembro-me, quem for à Costa Nova, aquele jogo de água no Verão tem várias crianças que andam por ali a circular etc., etc., e dá algum gosto ver porque parece-me um bom exercício de qualificação urbana que eu acho que também devemos promover e se a praça está feita assim e estou à vontade, foi o PS que a fez, nada melhor do que esta Câmara ficaria do que melhorá-la nesse sentido, garantindo mais animação. E podia-o ter feito também se já agora esticasse o tão famoso Parque da Sustentabilidade que ao que sei anda para trás e para a frente, e isto para chegar ao último ponto. Ouvi uns zunzuns para ai de que a tal cooperação com a Universidade de Aveiro com o Centro de Imagiologia tinha sido retirada do projecto do Parque da Sustentabilidade e a teriam passado essa verba para o Parque do Rio Novo do Príncipe. Eu pergunto: é verdade? Ouvi dizer! Ouvi dizer!

E portanto fico satisfeito que o meu Presidente de Câmara me possa garantir que esta última nota que eu ouvi não é verdade e me descanse, que não foi efectivamente feita essa reorganização e que o projecto da Sustentabilidade continua tal qual era, como nos foi aqui apresentado. Disse.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁶⁰

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁶¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁶²

(Entretanto saiu da sala a vogal Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁶³

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁶⁴

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁶⁵

Nos termos regimentais, o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, sendo aprovado por unanimidade.⁰⁶⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁶⁷

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁸

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Hoje estimo muito que nesta Assembleia se tenha dito que a Comunicação do Senhor Presidente está bastante melhor, está mais bem apresentada, está mais legível, as contas estão mais bem apresentadas. Dá-me a ideia que realmente, se a Comunicação do Presidente tem estes dados todos positivos é porque realmente o trabalho da Câmara também está realmente a ser melhor — portanto estamos no bom caminho! Força Presidente! Força Câmara! Quanto a isto queria também referir algumas situações que quanto a mim estão menos bem. Porque nós aqui também não é só para realmente continuarmos sempre a dizer o ámen e acho que devemos apontar algumas críticas que estão menos bem. Queria referir que achei muito estranho, muito estranho, a nossa oposição não ter falado da questão do Teatro Aveirense. Se vocês forem ler aqui a Comunicação do Senhor Presidente, todos os projectos que tinham o apoio do QREN foram apoiados. Portanto, o único projecto que não foi apoiado e que desabou numa desgraça para cima desta cidade e que foi parangonas dos jornais, foi realmente um projecto que até tinha um cariz social e um cariz cultural e um cariz de ensino, que foi chumbado se calhar apenas por uma questão política — e política do Partido Socialista.

Era isso que eu queria que a nossa Vereadora da Cultura esclarecesse devidamente a esta Assembleia. Porque realmente se a maior parte dos projectos apresentados são apoiados e têm conotações da ordem dos 80%, como é que realmente uma pequena parte é que vem empolar toda a situação do Teatro Aveirense?

Meus amigos, não sei se há amigos ou se há inimigos ou há uns mais amigos do que outros, vamos lá ver então como é que isto poderá funcionar.

Também queria referir aqui uma questão de uma pergunta à Câmara, à excelentíssima Câmara, que ainda não sabemos nada e mais uma vez esta Comunicação não se refere sobre a situação das acessibilidades à ERSUC, à Estação de Tratamento Mecânico ou Biológico. É uma questão grave! É uma questão que foi adiada pelo mau tempo. Mas agora o mau tempo já passou e a estação de tratamento deve estar quase concluída e eu pelo menos passei na Nossa Senhora de Fátima há coisa de três semanas, quinze dias e o que é certo é que eu não vi movimentação nenhuma sobre as acessibilidades destes acessos. E a Comissão reuniu nesta Assembleia para acompanhamento e para estudar essa situação das acessibilidades, definiu que a estação da ERSUC não poderia funcionar sem esses acessos, portanto eu gostaria de saber de que lado é que isso está? Eu julgo que isto deve estar realmente do lado da ERSUC. A ERSUC é que tem obrigação realmente de realizar esses acessos, mas realmente gostaria que a Câmara me dissesse como é que estava essa situação.

Outra situação que eu aqui queria referir é realmente uma situação que a Dr.ª Seiça Neves já referiu que é o estado caótico da rua da Pega e da dimensão do Canal de São Roque e das condições do Canal de São Roque, já foi aqui falado em várias Assembleias e já se passou o Inverno e começou o Verão e aquilo realmente precisa.

A Câmara tem que olhar com olhos realmente para as acessibilidades e para esta área de lazer que a cidade tem, porque o Parque de São Roque, deve ser o parque mais movimentado. Desde auto-caravanas, até pessoas a pedestres, até bicicletas e tudo e eu acho que devemos ter um pouco mais de atenção e colmatar as faltas que aquele parque tem. E as faltas que aquele parque tem, é neste momento até nem água tem nas fontes. E umas casas de banho condignas que se podiam fazer numa daquelas estruturas idênticas que lá estão, também já estão a ficar degradadas. Aquelas estruturas em madeira que lá estão, onde estão as bombas de funcionamento das eclusas, já estão a ficar muito degradadas e portanto podia-se criar aí justamente mais uma estrutura ou duas dessas e ficava tudo englobado no mesmo conjunto. Umas áreas de balneário bastante interessantes e com bastante utilidade para as pessoas que utilizam aquele campo e era uma forma de não criar aquilo numa zona degradada. Também queria referir que nessa zona já se nota a insegurança grave, que ainda há coisa de três semanas foi assassinada uma prostituta naquela zona e portanto meus amigos a Câmara tem que olhar para isto! A PSP tem que olhar para isto. Os serviços de segurança da Câmara têm que olhar para isto. É grave o que está ali a passar e as condições das pessoas, realmente cada vez há mais descuidada naquela zona do Rossio, que é das zonas mais bonitas da cidade. E portanto nós temos que combater isto. E nós temos que ter isto aqui e é isso que eu queria realmente dizer.

Em relação ao trânsito também tinha aqui só um pontinho sobre o trânsito, em que se definiu sentidos de trânsito novos nas Barrocas ali ao pé do Pingo Doce e nas paralelas ao Pingo Doce. Ora bem, aquilo ali tem vias novas, vias paralelas, vias largas. E as vias têm todas dois sentidos. Porque é que nós não conseguimos pôr ali vias alternativas? Uma a descer e outra a subir. Porque é que todas elas têm que ser a subir ou a descer de cada uma delas? É tão fácil! Vias que estão separadas com 30 metros umas das outras, em que uma poderá ser num sentido e a outra poderá ser noutro sentido, com estacionamento dos lados? Melhoramos todas as situações! Melhoramos o estacionamento e melhoramos a passagem do público. Portanto é uma situação que eu acho que a Câmara também poderia rever.

O famoso labirinto de tijolo! Isto também é para a Senhora Vereadora. a Arte não tem gostos, toda gente gosta ou não gosta! E realmente enquanto no ano passado, há uns tempos atrás, fez uma intervenção muito interessante na Praça da República, que foi encher a Praça de sal e fez-se ali uma operação bastante interessante e bastante bonita e com cariz artístico, aquilo que se fez hoje na Marquês de Pombal, eu não posso dizer que seja lamentável, mas eu não gosto. Eu pessoalmente não gosto. Tem ali uns blocos de cimento com várias esquinas rígidas, que aquilo realmente são quase urinóis. Está bem que faltam urinóis na cidade se calhar, mas aquilo é um exagero Senhora Vereadora, peço desculpa mas é um exagero. E assim do género era o que eu tinha referido, mas realmente o importante da minha intervenção é o esclarecimento correcto sobre o que se passa no Teatro Aveirense.

Uma última coisa, em relação à Comunicação do Presidente, também não vi nada referido aqui sobre os Mercados Municipais. Eu acho que tem havido uma certa animação, eu digo isso porque eu moro perto do mercado de peixe e sei que tem havido uma certa dinâmica e uma certa divulgação das actividades que lá têm e sei que existiu no Manuel Firmino uma festa do livro, que acho que correu muito bem e realmente acho que também eram situações que podiam vir aqui referidas e que não estão referidas. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁶⁹

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁷⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷¹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tentarei ser breve. Se era mau iniciar uma campanha eleitoral para as legislativas com uma promessa, uma proposta absolutamente populista, eleitoralista, como é o caso da abolição do pórtico das SCUTT, obviamente sem qualquer

sustento nem garantia que isso possa vir a acontecer! É péssimo ler uma notícia no Diário de Aveiro do dia 20 de Abril, em que o título era “criaram-se treze mil e trezentos postos de trabalho no concelho de Aveiro”.

Sendo certo que desses treze mil e trezentos, dez mil fazem parte de um projecto que ainda nem sequer a primeira pedra foi lançada, ainda nem sequer a primeira pedra foi lançada. Outro dos projectos que se fala ainda não está definido pelo investidor que vai avançar garantidamente com este investimento e portanto estamos a falar daquilo que inicialmente na minha intervenção eu dizia que não podia acontecer. É que são os péssimos exemplos da forma como os políticos gerem as suas responsabilidades de tentarem enganar as pessoas, porque de facto aquilo não tem nenhuma sustentação, para além de que estamos a falar da apropriação e de um abuso relativamente a instituições que nada têm a ver com a Câmara Municipal e portanto não houve desmentido e o que estamos a falar é de pura demagogia e passar uma informação para a opinião pública que não corresponde minimamente à verdade! Corresponderia se tivessem a criação de 48 postos de trabalho, que são os 48 postos de trabalho dos dois concursos que a Câmara abriu (tem 32 mais 16). E quando nós olhamos para os 32 mais 16, e eu tenho à minha frente o Plano de Saneamento Financeiro da Câmara que diz: “assim tendo por base esta regra, a regra de entra 1 saem 3”. E analisando as projecções actuais de aposentações para o município de Aveiro constatamos que no período compreendido entre 2008 e 2020, portanto ainda temos nove anos pela frente, são estimadas 97 aposentações, o que permitirá no limite máximo o recrutamento de 32 novos elementos. Portanto isto foi o compromisso que esta Câmara assumiu perante o Tribunal de Contas e aquilo que disse aos eleitores e disse aos partidos políticos aqui nesta Assembleia. Mas de uma assentada abriu concurso para 32 mais 16, numa conjuntura económica muito complicada, numa situação financeira do município muito complicada.

E não obstante ter aberto dois concursos, um de 32 mais um de 16, fez do concurso público, como aliás o Partido Socialista há um ano atrás, fez questão de antecipar a forma de colocar os seus apaniguados políticos no quadro da Câmara e isto representa o quê para as pessoas perceberem? Representa que estas pessoas, estamos a falar de pelo menos 5 pessoas, que foram convidadas a assumir funções de confiança política e nomeação política por parte deste executivo nos gabinetes do Senhor Presidente e dos senhores Vereadores. E o que acontece a estas pessoas, hoje como para trás sempre aconteceu, é que as pessoas entram, estão a acompanhar o trabalho que o Senhor Presidente e os senhores vereadores fazem e muito bem e quando chega o final do mandato as pessoas saem e continuam as suas vidas profissionais, académicas, etc. E o que aqui está a acontecer é que estas cinco pessoas ganharam um lugar vitalício na Câmara, para o resto da vida, simplesmente porque têm uma ligação política ou partidária com este executivo. Pior, é que aquilo que nós dissemos que ia acontecer nos concursos públicos aconteceu, porque o último então é paradigmático, alguém que aparece numa fase intermédia do concurso em 7.º lugar (e é só ir lá e fazer as contas que está num site da Câmara) classificado e a única possibilidade que tinha de ser classificado em 1.º, 2.º ou 3.º, para poder ficar com o lugar, era ter 20 valores na entrevista e coincidência, teve 20 valores! É uma maravilha! É uma maravilha! Quer dizer e agora Senhor Presidente vai responder como aliás sempre respondeu nos últimos meses depois das nossas intervenções, que Deus me livre pôr em causa a honorabilidade do júri, etc. etc., são muitas coincidências Senhor Presidente. Mais, este estava desenhado por nós à vista de toda a gente e aquilo que nós estamos a falar é de 11 pessoas no seu gabinete e dos gabinetes dos vereadores entre secretárias e adjuntos, chefes de gabinete e assessores. Não falta nenhum neste momento, todos aqueles que estão nesses lugares nomeados, são pessoas que estavam na Câmara ou agora que ganharam esse lugar, portanto vamos chegar ao final e das onze pessoas que são ou secretárias ou chefes de gabinete ou adjuntos, são pessoas que no dia a seguir, ganharam já o lugar vitalício na Câmara de Aveiro. O que dizer e o que é que o Senhor Presidente tem a dizer aos mil duzentas e tal pessoas, que pelo menos com as mesmas competências, com certeza

poderiam ter acesso ao lugar mas como não são da sua confiança política, não foram aprovados neste concurso público. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, foi aqui referido há bocado, que houve uma reunião na CIRA e em que nessa reunião, em que realmente tinha como Ordem de Trabalhos a aprovação do Relatório e Contas de 2010. Foi uma reunião em que realmente para além do Presidente da Comunidade Intermunicipal, estava também o Presidente da Câmara de Oliveira do Bairro e um Senhor Vereador da Câmara Municipal de Anadia. Podia realmente o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro ter estado presente, mas parece-me que o assunto não o justificava.

Eventualmente há outros assuntos que vão à Assembleia Intermunicipal que valerão a pena o Senhor Presidente da Câmara ter ido. Não me parece que este fosse o assunto que valesse a pena lá ter estado. Aliás porque foi uma reunião pacífica e também se era para ouvir a intervenção que foi tida lá sobre a AdRA o Senhor Presidente acabou de a ouvir aqui na Assembleia Municipal de Aveiro, de maneira que sabe qual foi o conteúdo porque ela foi aqui replicada.

Mas eu posso-lhe dizer Senhor Presidente qual é que foi também a resposta a esta intervenção que houve acerca dos preços das facturas do custo da água nos três municípios que foram referidos. Disse o Senhor Presidente da CIRA que em Abril vai haver um relatório emitido pela empresa, porque vai fazer um ano que a empresa está a laborar e que por isso é suposto fazer esse relatório. Aliás, nós já várias vezes aqui falámos neste relatório. E por isso era só para lhe contar por completo e não por metade aquilo que se passou na Assembleia Intermunicipal da CIRA, porque foi simplesmente factual esses dois aspectos, essa intervenção e a resposta do Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal quanto a esta questão. Não houve mais nenhuma discussão quanto a este assunto.

Também referir que eu fico às vezes admirado com a maneira e como às vezes são feitas aqui algumas interpretações a propósito de textos que todos nós lemos, mas que pelos vistos lemos com olhos diferentes. Porque aquilo que é referido quanto aos postos de trabalho não se refere de maneira nenhuma a que tenham sido criados os tais postos, o número de postos de trabalhos que aqui tenham sido referidos. Mas a propósito de mais uma instalação de uma fábrica muito importante para o município de Aveiro, que é a fábrica de baterias da Renault Nissan, refere-se que esta empresa vai permitir a criação de 250 empregos directos e que se estima que haja o triplo de empregos indirectos a serem criados.

E depois também se elenca um conjunto de outras empresas que nos últimos anos se instalaram no município de Aveiro e que também se contabilizam postos de trabalho. E depois acaba-se dizendo que realmente há outros investimentos que estão em curso e que esses investimentos que estão em curso. E um deles é o Parque da Ciência e Inovação, da qual o município de Aveiro é parceiro. Também vai envolver muitos postos de trabalho. Eu acho que nós ao lermos estas palavras de esperança, baseados na realidade, acho que todos nós devíamos ficar contentes porque é factual que estes investimentos estão em curso ao contrário de outras promessas que foram feitas aqui há uns tempos atrás, que afinal era um bluff para não dizer uma mentira, que era os 150 mil postos de trabalho que nunca ninguém como é que foram feitas estas contas.

Quanto às contas do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro aqui estão explicados para toda a gente poder perceber e poder ler donde é que vêm estes números. Gostaria também de me referir ao protocolo da REFER que foi assinado ou pelo menos foi a reunião de Câmara e foi aprovado em reunião de Câmara em 29/03 de 2001; e por isso já lá vão 10 anos.

Fico realmente muito admirado pelo teor deste protocolo, porque gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque realmente a propósito desse protocolo, claro este

protocolo não foi assinalado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas com certeza que os técnicos na altura já poderão ter informado e talvez o Partido Socialista aqui também nos possa esclarecer como é que nós podemos assinar protocolos em que há responsabilidades da Câmara de “montante não estimado”! Eu não entendo. Eu não entendo quando há aqui tanta gente tão rigorosa com as Contas. Como é que, diz aqui a cláusula quarta «formas de financiamento complementar, das alíneas e) e h), também da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro num montante não estimado». Nos outros estima-se, mas estima-se, mas depois diz assim – bom mas a REFER pode, entretanto vai fazer as obras, e se as obras puderem derrapar e várias vezes se fala nesta eventualidade de as obras não ficarem pelos montantes que aqui estão estipulados, mas poderem ser muito superiores. Eu não entendo como é que se pode fazer um protocolo destes!? A não ser eventualmente pela boa fé das pessoas e que agora nós estamos a ser confrontados realmente com o pagamento de estas somas avultadas, quando aquilo que era suposto era eventualmente algumas permutas de terrenos e serviços que ambas as partes estão a prestar.

Por isso Senhor Presidente da Câmara e eu realmente digo que não me sinto esclarecido por este protocolo que aqui nos é trazido pela sua vacuidade. Que me espanta muito, atendendo ao rigor que o Partido Socialista diz que gosta de pôr nestas questões e depois realmente quanto a estas indefinições. Porque se nós lermos o articulado aquilo que nós verificamos é que há um conjunto de obrigações da REFER aparentes, mas que depois remete sempre para obrigações da Câmara. Ou seja a REFER compromete-se a fazer determinado tipo de serviços, mas é necessário que a Câmara antes possa fornecer mais alguns dados e possa fornecer mais algumas questões que depois ou seja fica sempre alguma indefinição muito grande em todo este articulado que não me admira, por isso que tenha demorado dez anos a poder ser apurado um valor. Mas que mesmo assim eu não estou esclarecido porque é que realmente é esse valor!? Porque realmente eu acho que este protocolo, aquilo que diz à REFER é, ponham aí o valor que quiserem que depois a Câmara há-de pagar. Eu compreendo que para o Partido Socialista a questão tivesse sido: não se paga! Mas esta Câmara como já sabem tem uma atitude diferente e é isso que eventualmente está a correr mal, e eventualmente ao município, é que esta Câmara quer honrar os compromissos que os seus antecessores fizeram em nome de todos nós.

Em relação à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara quanto à dívida. Eu friso quanto à dívida, eu gosto de ser factual. Aliás porque eu também não posso nem devo ser mais do que factual. E eu (muitos já sabem isso) desde Dezembro de 2006, que coloco numa folha de cálculo todos os valores que o Senhor Presidente da Câmara vai referindo à Assembleia Municipal a propósito daquilo que são os valores da dívida que nos são fornecidos.

Já houve alturas em que eram fornecidos vários valores. Há alturas em que foram fornecidos menos valores. Mas há valores que são sempre dados. E os valores que são sempre dados é a dívida a terceiros de médio a longo prazo e é a dívida de terceiros a curto prazo.

Somando uma parcela com a outra e fazendo uma simples conta de adição dá-nos o valor total da dívida. E por isso, fazendo eu esta conta que eu acho que me reconhecem a competência de a poder fazer, eu posso olhar e dizer que na Comunicação de Fevereiro o total da dívida era de menos de três milhões de euros. No mês de Novembro de 2010, em relação ao valor actual era de menos quase cinco milhões de euros, e se estamos a falar de Setembro de 2010 para agora, o valor é de menos nove milhões de euros.

Eu podia continuar para trás, mas parece-me que já são valores elucidativos e são tirados da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, de todas as nossas Sessões e nunca foram contestados estes valores que foram dados pelo Senhor Presidente e são estes é a factualidade. Por último, só mesmo para acabar os meus últimos trinta segundos, quero só falar nas expressões artísticas. É claro que as expressões artísticas desta Câmara de Aveiro, eu não estou a falar das expressões artísticas do Partido Socialista, estou a falar agora das expressões artísticas da Câmara Municipal de Aveiro e acerca daquela escultura – labirinto e

da mensagem que nos trás sobre a defesa dos direitos da mulher. É muito importante. E, aliás, quem são os defensores dos direitos humanos, que muitas vezes o Partido Socialista gosta de invocar. Mas agora não sei porquê, não engraçou com esta escultura, com esta manifestação de arte. Eu posso dizer que visitei o labirinto, que acho que é uma expressão artística como muitas outras. Ainda bem que estas manifestações vêm também à nossa cidade.

Temos espaço para as podermos colocar e por isso muito mais expressões nós devíamos ter.

E gostaria só de realçar uma outra pela importância que tem não em termos de valor monetário, mas sim em termos de valor de participação social, que teve a decoração das árvores na avenida por parte dos utentes de várias IPSS. Eu acho que muitas vezes não são questões monetárias que fazem com que as pessoas possam participar, se sintam úteis e no caso da decoração das árvores, posso dizer que foram manifestações artísticas que eu reconheço de muito apreço e que devem existir mais expressões destas na nossa cidade. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Fernandes⁰⁷³

Vereadora Maria da Luz Nolasco ⁰⁷⁴

Vereador Carlos Santos ⁰⁷⁵

Vereador Pedro Ferreira: ⁰⁷⁶

“Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Já é muito bom dia a todos, antes de mais. Apenas algumas notas, começando pelas Águas da Região de Aveiro. Em relação a duas notas que foram levantadas. A primeira quanto aos valores diferenciados dos municípios para os outros. A primeira nota é que os valores que foram falados aqui não são valores correctos. De qualquer forma se atenderem ao estudo económico ou financeiro, veriam que há uma evolução dos municípios que com valores tarifários inferiores entre 2010 a 2013, para haver uma harmonização tarifária.

Segunda nota também para vos dar essa informação. Aliás, como já disse o Prof. Manuel António, ao final de um ano de actividade que irá fazer agora no dia um de Maio, a AdRA irá fazer um relatório sobre a evolução e daí surgirá uma revisão do EEF, chamado Estudo Económico e Financeiro.

Dizer-vos isto, nós como município que tem a maior participação estaremos atentos. Achamos importante uma entidade como as Águas da Região de Aveiro ter sustentabilidade económica, foi para isso que o criámos, no entanto também não deixaremos que essa sustentabilidade económica não se transforme em resultados altamente positivos e que só saem de um lado que são das tarifas. Uma segunda nota em relação também a este assunto e quanto a vencimentos. Eu julgo que todos nós, se não todos nós a grande maioria pertence a estruturas partidárias, que têm sítios próprios para discutirem a questão dos vencimentos, que tal como vocês, julgo que não é pelos vencimentos de cada um serem elevados ou não, mas quanto à conjuntura do país e em relação àquilo que os políticos normalmente ganham, acho que devemos ter alguma contenção e analisar isso, mas provavelmente não é aqui o melhor sítio, é noutros sítios onde se definem de facto estes salários.

Quanto à questão que foi levantada pelo BE, em relação ao contrato de manutenção da Microsoft, a Dr.ª Ana não está aqui mas dizer-vos isto, porque ela tem vindo a analisar esta questão. Não é líquido que os custos de implementação de sistemas operativos livres fiquem mais baratos do que os contratos que nós temos com a Microsoft. E queria-vos dizer também que um dos maiores governos regionais em que existem pelo menos na Europa, que foi o governo da Baviera, tentou introduzir este sistema e teve que voltar atrás devido exactamente devido aos custos de implementação — que não são apenas trocar de um sistema para o outro.

Quanto à Senhora Presidente de Junta de Esgueira. Não era esta a intervenção que eu ia fazer, mas duas notas apenas. A primeira achar que de facto não foi a intervenção mais feliz que fez, mas vou-me apenas cingir às duas questões que colocou. Quanto às verbas em falta para com

a Junta de Freguesia de Esgueira, serão recebidas quando também as outras juntas receberem, o que é uma coisa absolutamente normal. E quanto ao ar condicionado, informar-lhe que a entidade que gere o espaço sabe o que está a ser feito para resolver a situação.

Só algumas notas em relação à questão das contas e à questão das dívidas.

No primeiro ponto pareceu-nos que seria interessante passar não apenas a introduzir na Comunicação do Presidente aquilo que são as dívidas a terceiros, mas de facto uma radiografia daquilo que é a estrutura da Câmara. E essa radiografia normalmente é obtida através do balanço. Pareceu-nos interessante — e é um risco que estamos a correr. É um risco consciente. Foi possível ser agora porque de facto conseguimos implementar finalmente aquilo que era um desejo nosso, que é a contabilização no mínimo de facturas em conferência de todos os processos. E também é um risco porque ouvimos aqui, apesar de termos algumas coisas positivas lá, nomeadamente resultados trimestrais bastante positivos, aquilo que as pessoas continuam a falar, embora nem sempre sabendo sobre o que é que estão a falar — falo é claro das dívidas. E portanto, a primeira vez que falámos e que mostrámos um balanço as pessoas puseram logo a dizer que o nosso passivo ultrapassa os duzentos milhões sem relevar de facto aquilo que é uma estrutura muito mais equilibrada da Câmara do que se calhar nós tínhamos há uns tempos atrás.

A segunda nota que vos queria dar em relação a este assunto, porque nós não fazemos confusões, a primeira é esta: Não fomos nós que voltámos a falar da dívida. Queria dar-vos essa nota porque já é costumeiro. Nunca somos nós a falar da dívida, mas alguém acha que é importante falar da dívida! E dar-vos esta noção: eu acho que é importante as pessoas não se esquecerem que foram feitas três auditorias ao município de Aveiro nos últimos anos. Três auditorias! E apesar delas não estarem aqui hoje, elas são muito claras em relação aos valores, muito claras. E eu gostava que vocês fizessem o trabalho de casa e fossem ver o que é que a auditoria feita pela IGF, que é uma entidade (não foi aquela que foi pedida por esta Câmara), é uma entidade autónoma que reportou em relação a dívida do município (também podem ir ver a dívida do grupo municipal), mas a do município a 31/12 de 2005 e depois digam-me se este foi o pico das dívidas a terceiros que nós tivemos.

E depois acrescentem uma coisa que diz nessa auditoria “o contrato da REFER não foi contabilizado”. Agradecia que vissem e depois confirmamos se de facto foi o pico ou não foi o pico, porque de facto não foi o pico como vocês vêem com certeza.

Terceira nota, em relação a algumas coisas que de vez em quando são aqui ditas e que me parecem que podemos entrar por um caminho que é bom ou que é mau. Eu acho que é mau. Não é para nós, é mau para o município de Aveiro, que é fazer sound bites. Tem sido diversas vezes repetido como é óbvio pelo Partido Socialista que isto está muito mau, está muito mau! Vejam lá, que qualquer dia não pagamos salários! Vejam lá... que são coisas que são muito fáceis de apreender por quem está lá fora. É normal um jornalista pegar nisso e dizer isso que transcreve, porque é isso que vende jornais. E portanto centramo-nos numa escalada de que está tudo mal, está tudo mal! Não é o Vereador das finanças que fica mal. Porque o Vereador das finanças sabe com o que é que está a trabalhar. Quem fica mal é a autarquia. E fica mal porque há a tentação de quando isto mudar, como é óbvio, as coisas não eternizam, e quem vier a seguir faz a mesma coisa vos garanto e volta a falar de sound bites que não têm sequer a ver com a realidade, e entramos naquilo que se calhar está a prejudicar Portugal. Porque Portugal não está assim tão mal. Está mal, mas não está assim tão mal.

Mas a seguir toda a gente pensa que ainda está pior porque é assim que se transformam as coisas. E eu estou-vos a dizer isto porque é normal. Vocês estão na oposição está tudo mal, mas se continuarem a mandar sound bites a seguir nós vamos mandar também e vai-se entrar num ciclo que não é benéfico. Não é para quem está no poder ou para quem está na oposição — é para o município. Não é benéfico para o concelho.

O Dr. Raúl Martins ainda agora fez mais uma confusão. O PIB do município?! O Dr. sabe bem que aquilo que disse é uma confusão pegada. Era o mesmo que pegar na receita do Estado e dizer que isso é o PIB nacional! Está a ver! Depois nós é que fazemos as confusões.

Dar-vos estas notas. E uma nota final se quiserem, de quem se preocupa com as Finanças da Câmara e que vos quer dar uma nota pessoal. Nós últimos seis anos, vos garanto, que este não é o pior dos anos. Nós tivemos anos bem piores nomeadamente o primeiro foi bem pior que este.

Portanto dizer-vos isto: não estamos pior que há seis anos, estamos melhor. Como quem trabalha as contas da Câmara e quem as vê connosco vos pode dizer com certeza, se quiserem, e dar-vos esta nota. Em termos financeiros a Câmara não está muito bem, não esteve desde os seis anos que aqui estou que não tem estado bem, tem estado a percorrer o seu caminho. É das Câmaras se calhar da Região, do Distrito e da Região Centro aquela que tem mais potencialidade economicamente. Aquela que tem mais potencialidades economicamente se for gerida como tem sido, promovendo em vez daquilo que é 100% público, deixando a economia local trabalhar, que é uma coisa importante — e a gente já vai falar a seguir sobre o empreendedorismo.

Mas dar-vos uma nota: o paradigma (e só para perceberem isto) nestes últimos seis anos as Câmaras só têm perdido. Eu nunca vi nenhum governo dar mais dinheiro para as autarquias locais! Todos os anos sai mais uma coisinha para queimar. Recordam-se perfeitamente, foi o PEC I para queimar! Recordam-se perfeitamente PEC I 5%, depois PEC II 10% a menos e por aí fora! Não se vê, naquilo que representa peanuts no Estado português, que são as autarquias. Têm sido dos poucos sítios onde o Estado tem feito intervenção a cortar. Não se vê cortar na REFER, não se vê cortar nas Águas de Portugal, não se vê cortar em lado nenhum. Corta-se é nas autarquias! E portanto nestes últimos seis anos eu nunca vi nada melhor. Isto tem sido sempre a descer. E portanto nós temos que de facto mudar o paradigma. Nós temos que pensar, porque por acaso o nosso IMT em 2010 subiu — que é uma coisa extraordinária comparada com os municípios aqui à volta onde desceu tudo para valores baixos. Agora vos garanto que, as Câmaras têm que mudar o paradigma de ver a construção civil como única fonte de receitas e temos que arranjar receitas para manter a qualidade de vida das pessoas e intervir na área social que é onde de facto temos mais dificuldades e onde temos cada vez mais problemas.

Portanto dar-vos esta nota. Sabemos perfeitamente do problema financeiro que temos. Estamos melhor financeiramente do que estávamos há seis anos. Temos cada vez menos receitas do Estado. Temos uma economia local capaz e com potencialidades de crescer, deixemo-la trabalhar. E temos que mudar de paradigma em termos de receitas municipais e despesas municipais.

Quanto à REFER dar-vos esta nota. Nós não assumimos facturas. Nós contabilizámos as facturas em conferência. Mas dar-vos esta nota: as facturas estão validadas, os serviços que estão efectuados estão validados pelos nossos técnicos. O que significa que o trabalho foi feito. Mas a gente não pode é a partir do momento em que recebe o documento de facto fazer de conta que ele não existe. Esse tempo já lá passou. Nós como eu vos disse ainda agora, tudo que entra na Câmara vai para facturas em conferência pelo menos até depois ser validado. Mas dar-vos esta nota: nós não tínhamos contabilizado anteriormente porque a auditoria da IGF disse, enquanto não houver “documentozinho” que vocês validem, não há cá dívidas.

Eu acho que é surreal porque havia um compromisso desta Assembleia a dizer que a gente tinha que pagar no futuro! Mas pronto, certo.

Uma nota final em relação, porque de facto este protocolo deixa muito a desejar. Deixa muito a desejar e eu deixem-me vos dar este comentário: é pena que quase não haja protocolos assinados pelos executivos do PS que sejam claros!? Porque quase todos eles têm estas pequenas cláusulas que no final a Câmara teve que meter dinheiro. E não é só este! E não é só

este! São vários. Alguns já cá vieram as soluções aqui à câmara e outros hão-de vir. Mas é pena! É pena.

Quanto à Unidade de Imagiologia. Vou colar a questão para ficarmos todos esclarecidos. Primeiro ponto: os valores do FEDER afectos a este programa do Parque da Sustentabilidade não podem ser transferidos para outros programas fora do Parque da Sustentabilidade. Tem de ser gastos dentro dos projectos do Parque da Sustentabilidade. A Universidade de Aveiro quer fazer uma Parceria Público Privada para a construção da Unidade de Imagiologia e tal não será possível a tempo de utilizar estes fundos comunitários. Pelo que, a compromisso do Senhor Reitor da Universidade de Aveiro, a Universidade irá construir a Unidade de Imagiologia fora do programa do Parque da Sustentabilidade, e o dinheiro que estava afecto através do FEDER será transferido para outro projecto — assim foi aprovado pelos parceiros, será utilizado na Fábrica de Ciência Viva. Este é um processo normal. Já aconteceu noutra processo. Nós por exemplo tínhamos a reconstrução e conservação do Conservatório e saiu, e como será apresentado a seguir, será feito pela Parque Escolar. Portanto é um processo normal e a Universidade irá fazê-lo por outro lado.

Em relação ao empreendedorismo, duas notas. E ainda bem que foi falado nisso porque é sempre daquelas coisas que nos dá algum prazer falar nomeadamente projectos tão interessantes como estes. O João Carlos falou pela positiva e o Paulo de Jesus falou dizendo que a Câmara não tem apostado muito. O empreendedorismo, a gente não pode criar (não vou entrar pelos lugares que o município pode ou não criar), mas a criação de emprego nunca é criada directamente pelas autarquias — é feita por criar ambientes propícios a que isso aconteça. E o Aveiro Empreendedor, que é um projecto que foi lançado em Abril, é para nós um excelente exemplo daquilo que é feito pelas autarquias, naquilo que é a criação de emprego. Este é um projecto que foi iniciado ao abrigo dum projecto comunitário chamado FINURBAT, dentro dos projectos URBAT (acção em território urbano) e do qual tivemos financiamento para dois. Um chamava-se FINURBAT e o outro era UNIQUE sobre cerâmica. Algo de excelência em Aveiro onde nós procuramos criar o ambiente propício para a dinamização tecnológica. O FINURBAT pretende criar instrumentos financeiros para apoios às PMEs.

No nosso caso fomos um bocadinho mais à frente e por isso somos o caso de sucesso a nível europeu. Criamos um grupo de acção local com vários parceiros, neste momento são dezoito, em que inclui a Universidade, a AIDA, a ACA, a Norgarante e várias entidades bancárias, e comunicação social entre outros, em que se criou de facto um projecto de estímulo a um clima empreendedor. E o nosso objectivo foi criar uma estratégia que permita apoiar desde o conceito até ao desenvolvimento da empresa. O primeiro ponto onde iremos actuar será na actuação de criar um clima empreendedor nas escolas. Vamos investir algum dinheiro naquilo que é o clima empreendedor nas escolas e criar de facto uma dinâmica e esperar que daqui a 10, 15, 20 anos, estes jovens tenham um espírito que eu julgo que se perdeu na sociedade portuguesa e aveirense, que é de se criar o seu próprio emprego, criar o seu próprio meio de vida. Não quer dizer que sejam todos grandes empresários, mas o empreendedorismo não é só em termos monetários. Pode ser criar ONG, pode ser trabalhar na acção social, etc. Nós queremos é que facto haja acção e que os jovens se habituem a ser empreendedores.

Uma outra nota, neste programa tem a ver com apoiar PMEs. Quer através da incubadora da Universidade de Aveiro com quem estamos em estreita relação, quer através de instrumentos financeiros que nós já temos o fundo de investimento do Concelho de Aveiro, quer no apoio à internacionalização em colaboração com a AIDA. Todo este projecto é um projecto muito interessante. Nós na apresentação do mesmo tivemos o Director Regional de Economia do Centro, Dr. Armando França, e que teceu alguns elogios a este projecto e que nós ficámos muito sensibilizados porque de facto este é um projecto que não pode ser visto partidariamente, tem de ser visto como um projecto da autarquia e como um projecto da Região, e onde tentamos conseguir criar uma cultura diferente.”

Presidente da Câmara: [077](#)

“Obrigado. Dr. Nelson Peralta, só dizer-lhe que me fez sentir um político de alto gabarito. Já me imaginava aí num cartaz a dizer «eu vou sozinho criar milhares de postos de trabalho».

É só dar a seguinte nota. Primeiro, o que saiu na comunicação social em relação a esse discurso, a essa comunicação que fiz com a Sra. Ministra, o que saiu, saiu por alguém que esteve lá, por alguém que fez o relato, eu não falei com nenhum jornalista em relação a esse assunto. E segundo, dar esta nota. Confundi promessa com relato. Uma coisa é fazer promessas, outra coisa é relatar o que aconteceu. E o que eu disse à Sra. Ministro, tenho aqui uma passagem do que disse, e foi o seguinte: «de um modo muito sinóptico, deixe-me referir apenas alguns exemplos de empresas que surgiram, num passado recente, em Aveiro e que criaram mais de cinquenta postos de trabalho». E descreminei. Macro oitenta e dois, Kerium cinquenta, Decathlon setenta e dois, Bosh setenta, MultiEgo sessenta, etc. Descreminei, empresa a empresa, situações concretizadas. Eu não estou a prometer nada. Eu estou a relatar que isto já aconteceu, e que dá um total de setecentos e quarenta e quatro postos de trabalho. E acrescentei que empresas que estavam abaixo de cinquenta novos postos de trabalho, o total que nós estimamos é de que foram criados mais oitocentos novos posto de trabalho. Que existem. Estão já a funcionar. E concluía, dizendo que já íamos em mil e quinhentos novos postos de trabalho. Não é promessa. É o que está a funcionar. E dizia mais. «Há mais três exemplos excelentes para dar». Dava o exemplo da Renault/Nissan, dava o exemplo da Portucel e concluía desta forma: «E mais uma excelente informação. Parque da Ciência e Inovação, parceria UA, CIRA, Aveiro e Ílhavo, o estudo final aponta para uma estimativa da criação, no final do projecto, para dez mil novos postos de trabalho». Isto foi o que foi relatado à Sra. Ministra. Como depois sai na comunicação social não sei, não cheguei a ler. Está aqui o relato. Mas disse mais coisas à Sra. Ministra. Disse-lhe mais. Disse-lhe, por exemplo, assim: sempre que no decurso desta comunicação utilizo o pronome pessoal nós nunca ele tem um sentido unívoco, mas antes ele é utilizado em sentido aberto, abrangente e solidário. Assim, quando disser nós, não estou a dar-lhe apenas um sentido municipalista mas estou a falar, englobando nesse pronome, por exemplo, na União Europeia, no Estado Português, nas estruturas descentralizadas – CCRDR, MaisCentro, Segurança Social, nas Juntas de Freguesia, nas instituições, nos serviços do município, nos cidadãos, nos investidores. Este nós não tem o sentido de que nós fazemos sozinho e que ninguém faz mais nada. Não. Nós, tem esta amplitude». E disse mais à Sra. Ministra, no final, em relação aos equipamentos sociais construídos. A primeira nota final que lhe dei foi assim: «em todas estas obras não foi dito, aqui, uma única vez “obra construída pela Câmara ou pelo Estado”. Isto significa duas coisas. Significa que respeitamos aquele princípio de que tudo aquilo que é bem feito pela sociedade civil não deve ser feito por nós, e, em segundo lugar, que temos uma sociedade civil dinâmica e empenhada».

Se eu fizesse promessas, que não o disse mas posso dizê-lo aqui porque é verdade, quando estiverem a funcionar mais cinco novos lares que é o que está previsto, mais nove novas creches, mais seis novos centros de dia, mais nove novos serviços de atendimento domiciliário, mais três novos lares residenciais, mais quatro novos centros de apoio operacional, e mais dois centros de apoio aos tempos livres, além desta mil e quinhentas respostas sociais que aqui estão, há todo o emprego que vai ser criado que não está quantificado mas, naturalmente, irá surgir.

Quanto ao orçamento Participativo. Não está na comunicação, como há muita coisa que não está na comunicação. Imaginem que punha-mos tudo, tínhamos aí uma comunicação, felizmente, que seria imensa.

A equipa do Orçamento Participativo está a trabalhar. Tem já esse documento preparado e aquilo que está programado, e acredito que se vá concretizar, é que na reunião de cinco de

Maio, numa das próximas reuniões, esse documento irá ser apresentado para análise do Executivo.

Em relação ao W.C., quanto à questão das casas de banho, Sr. João faça chegar esse estudo, esse projecto que já apresentou, porque é uma questão recorrente. O problema aqui é que solução vamos encontrar para dar resposta a essa situação?

Francisco Picado, as piscinas do beira mar é um processo que segue os seus trâmites na justiça, com toda a naturalidade.

Quanto à outra questão do património. É recorrente essa afirmação que faz, aqui na Assembleia Municipal, de que estamos a delapidar, estamos a vender, o património, pretendendo transmitir esta ideia de que o pouco que havia de património, porque quase tudo está hipotecado, mas o pouco que havia está a ser vendido e, no fim, vem a pobreza.

Nesse sentido, solicitei à Divisão de Património Imobiliário uma informação para saber o património que estamos a delapidar e para saber o património que estamos a adquirir.

E a informação foi esta: relação de alienações e cedências, e aqui estão muitas doações feitas a instituições, IPSS's, para a construção daqueles equipamentos sociais que há pouco referimos, mas que são quantificadas em termos de valor. Portanto, o total de alienações, doações e cedências, no período de dois mil e seis a dois mil e dez, foi de doze milhões trezentos e trinta e dois mil. Englobando tudo, incluindo o que foi dado.

A relação das aquisições realizadas, o valor de dois mil e seis a dois mil e dez, foi de treze milhões e oitocentos e oito mil. Isto é, nós temos um saldo positivo, em termos de património, de um milhão e meio de euros. Estamos um pouco como a formiga, apesar das dificuldades, estamos a tentar amealhar alguma coisa para o património do município.

Agradecer ao Sr. Arquitecto o relato que nos trouxe, rigoroso, sério, sobre o PDM. Em relação à ENI09 essa também é a nossa posição. Nos locais próprios, nos momentos oportunos iremos defender, intransigentemente, esse ponto de vista.

Quanto às preocupações ambientais que foram aqui referidas dar nota de que como é obrigatório por lei todos os projectos que se irão concretizar têm de ser, obrigatoriamente, instruídos com estudos e avaliações de impacto ambiental. Naturalmente há cautelas das quais nós não prescindimos.

Quanto à intervenção do Ivar Corceiro eu não sei como é que a adjectivo. Não sei. Parece que andam zangados com o mundo ou que o mundo anda zangado convosco. Tudo é compadrio, amizades, corrupção, é negociatas. Qualquer coisa que surja é uma coisa, enfim... Apece perguntar se é assim que vêem o mundo. Apece perguntar se é assim que vocês vêem o mundo. E ir mais à frente e perguntar mesmo assim: seria desta forma de compadrio, de amizades, de favorecimentos a amigos e a familiares que vocês actuariam? Daí o vosso receio que nós possamos actuar como vocês actuam?

Acho que é um sentido tão negativo que vocês têm disto, tão baixo que entristece e acho que não favorece ninguém.

Quanto ao melhor tratamento e ao acesso, como o Eng. Carlos Barros sabe, houve um processo moroso inicial até à aprovação por parte da Freguesia. Não iríamos para o terreno enquanto da parte da Freguesia não houvesse uma decisão clara e inequívoca em relação a este processo. Logo que essa decisão foi toada, foi feito o levantamento topográfico, o levantamento cadastral, penso que era esta semana. A Junta está a ter um papel fundamental, e quero aqui agradecer ao Sr. Presidente da Junta todo o apoio que está a dar e que é fundamental. Penso que era esta semana que ficava concluída essa parte inicial. Há também o projecto para ser elaborado e que está a ser acompanhado. É o desejo do Sr. Presidente da Junta, é o nosso desejo, de todos, é que, em finais de Agosto, princípios de Setembro, quando a unidade de tratamento estiver em laboração que, em simultâneo, esteja também a estrada construída.

Por último, a Assembleia começou com um apelo importante, dizendo-nos que, em vez de criar roturas, nós devemos criar consensos. Começámos assim, de forma brilhante.

Começamos por dizer que é frustrante a forma como as pessoas olham para nós políticos. E foram relatadas, até, experiências. Começou por se dizer que estamos a cavar um fosso, na sequência das críticas graves que vamos fazendo uns aos outros, entre eleitos e eleitores.

Foi assim que se começou, num apelo a esta unidade. Como é que se acabou? Exactamente ao contrário. Exactamente do lado oposto. Exactamente colocando-nos aqui por estarmos a favorecer pessoas porque eram do mesmo partido, ou são do mesmo partido, ou amigas ou outra coisa qualquer.

Primeiro, quando entrámos para o Município nós tivemos sempre muita cautela e muita prudência nos objectivos que traçámos. Quando entrámos para o Município, em relação ao número de funcionários, apontámos, como objectivo, reduzir em um, até final do mandato, o número de funcionários. Foi até motivo para ser gozado e tal, um, menos um... seria uma mudança radical naquilo que era um percurso que estava a ser seguido de admissão, em dois mandatos, de mais de duzentos e cinquenta. Se nós conseguíssemos reduzir em um já era um bom resultado. Mais à frente, no âmbito da operação de saneamento, de forma também muito cautelosa, apontámos até dois mil e vinte a questão de noventa e duas aposentações. Portanto, dávamos a entender que poderiam ser noventa e dois os números de funcionários a reduzir.

Os números que nós temos de redução dos funcionários são estes: na Câmara reduzimos em vinte por cento o número de funcionários, de seiscentos e oitenta e seis passámos para quinhentos e sessenta; nas empresas municipais de quatrocentos e dezanove passámos para duzentos e treze, é uma redução de duzentos e seis, são cinquenta por cento de redução de funcionários; e, no total, reduzimos de mil cento e cinco, que foi o que nós encontrámos, para setecentos e setenta e três, o que dá menos trezentos e trinta e dois, o que significa menos trinta por cento de redução de funcionários.

Esta não é propriamente uma área onde estejamos disponíveis para receber muitas lições, nomeadamente de ética.

Tenho toda a confiança, a plena confiança, em termos de honestidade, em termos de verticalidade, em termos de dignidade, em termos de honradez, quer na pessoa que é a primeira responsável por este processo, que é a Dra. Ana Neves, quer no técnico municipal que o coordena, que é o Dr. Vaz Portugal, quer em toda a equipa da Divisão de Recursos Humanos da Câmara, quer ainda nos elementos que integram o júri que compõe todos os concursos.

Tenho-os a todos, a todos eles, e estamos a falar num universo de cerca de vinte pessoas, técnicos, tenho-os a todos como pessoas isentas, rigorosas, íntegras e honestas.

Houve uma coisa que não fizemos no concurso. Não proibimos pessoas de concorrer. Nem por serem altos, nem por serem baixos. Nem por serem simpáticos ou antipáticos. Nem por serem do nosso partido ou de outro partido. Nem por acreditarem numa religião ou noutra. Nem pela côr. Concorreu quem entendeu que devia concorrer. E fizemo-lo porque é assim que deve ser feito e fizemos isso porque é a lei que nos obriga a que seja assim.

Deixem-me dizer isto. E se há alguém que deve explicação aos aveirenses é quem, em dois mandatos, promoveu concursos e mais concursos, e aumentou em mais duzentos e cinquenta o número de funcionários do município. Se há alguém que nesta área deve explicações aos aveirenses é que, ao entrar para a Câmara, havia uma despesa com pessoal anual de cinco vírgula sete milhões, e quando saiu, dois mandatos depois, a despesa já era de onze vírgula dois milhões. Aumentou, em dois mandatos, quase para o dobro a despesa com pessoal.

Quem tem que dar explicações aos aveirenses não é quem reduz o número de funcionários em trezentos e trinta e dois e quem reduz as despesas do pessoal. Quem tem que dar explicações aos aveirenses é quem aumenta em mais de duzentos e cinquenta, quem quase duplica as despesas com pessoal. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁷⁸

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁷⁹

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁸⁰

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁸¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁸²

Presidente da Mesa⁰⁸³

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁸⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁸⁵

Presidente da Mesa ⁰⁸⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁸⁷

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁰⁸⁸

Vereador Miguel Fernandes⁰⁸⁹

De seguida o presidente da Mesa⁰⁹⁰ deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 04 de Maio (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço www.livesteam.com/aveiromunicipal.

Eram 02:30 horas do dia 28 de Abril de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(6:00)